

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Candyce da Cruz Rocha

**COORDENAÇÃO DE JORNALISMO:
A COBERTURA JORNALÍSTICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Brasília

2007

Candyce da Cruz Rocha

**COORDENAÇÃO DE JORNALISMO:
A COBERTURA JORNALÍSTICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Monografia apresentada para aprovação no curso de
Especialização em Instituições e Processos Políticos
do Legislativo da Câmara dos Deputados.

Orientador: João Carlos Feichas Martins

Brasília

2007

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente para fins acadêmicos ou científicos.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Rocha, Candyce da Cruz.

Coordenação de jornalismo [manuscrito] : a cobertura jornalística na Câmara dos Deputados / Candyce da Cruz Rocha. -- 2007.

85 f.

Orientador: João Carlos Feichas Martins.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2007.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Coordenação de Jornalismo. 2. Comunicação social, Brasil. 3. Comunicação de massa, Brasil. 3. Comunicação em política, Brasil. I. Título.

CDU 070(81)

COORDENAÇÃO DE JORNALISMO:
A COBERTURA JORNALÍSTICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Monografia - Curso de Especialização em
Instituições e Processos Políticos do Legislativo da
Câmara dos Deputados – 1º Semestre de 2007.

Aluna: Candyce da Cruz Rocha

Banca Examinadora:

João Carlos Feichas Martins

Danilo Freire Pires

Brasília, 26 de março de 2007.

Dedicatórias

A meus pais, Luiz Carlos e Ciléia, os maiores incentivadores, sempre.

À minha turma querida, que dividiu comigo as alegrias e angústias do conhecimento,
sem nunca perder o bom humor.

À Câmara dos Deputados, como retorno pela oportunidade que nos foi concedida e
incentivo para a contínua melhoria de sistemas e processos, para o bem do cidadão.

Agradecimentos

Ao meu orientador, João Carlos Feichas Martins.

Ao Cefor, pela oportunidade e pela equipe maravilhosa.

Aos mestres, que nos proporcionaram momentos únicos de aprendizado.

À Coordenação de Jornalismo da Câmara dos Deputados, objeto de estudo deste trabalho, em nome da coordenadora, Maristela Sant'Ana, que, destemidamente, abriu todas as portas para que a pesquisa pudesse ser feita.

Aos colegas do gabinete, em nome do amigo Ângelo, que entenderam e ajudaram nos momentos de correria, principalmente nesta reta final.

Às deputadas federais Ann Pontes e Elcione Barbalho com quem tive e tenho o prazer de trabalhar.

Aos amigos especiais com quem tive oportunidade de discutir e rediscutir infinitas vezes esse trabalho.

Aos parlamentares e profissionais que me cederam parte de seu precioso tempo para responder aos questionamentos que ajudaram a solidificar a monografia aqui apresentada.

Resumo

O estudo ora apresentado trata do papel da Coordenação de Jornalismo da Câmara dos Deputados. Mostra o cenário antes e depois de sua criação, a evolução do seu trabalho e os desafios do momento atual em que se encontra. A pesquisa resgata a história recente do surgimento dos veículos de comunicação da Casa e da reestruturação da própria Secretaria de Comunicação Social (Secom), a partir de 1998. Mostra também como, num curto espaço de tempo (a partir de 2003), o trabalho do coordenador de jornalismo se transformou na estrutura hoje conhecida como a Coordenação de Jornalismo e contribuiu de forma decisiva para a profissionalização da comunicação produzida na Câmara dos Deputados. Não menos importante, o estudo procura avaliar o trabalho realizado pela Coordenação de Jornalismo, apontar desafios, além de discutir o seu papel enquanto agente de comunicação pública.

Palavras-chave

Câmara dos Deputados; Coordenação de Jornalismo; Comunicação Pública; Comunicação Política; TV Câmara; Rádio Câmara; Agência Câmara; Jornal da Câmara; Veículos de Comunicação da Câmara dos Deputados.

Sumário

I – Apresentação.....	8
II – Introdução.....	11
III – Metodologia utilizada.....	14
IV – A comunicação na Câmara dos Deputados – para entender a Secom.....	17
- Evolução.....	17
- Estrutura atual da Secom.....	21
- Desafios.....	22
- Planejamento estratégico.....	23
V – A Coordenação de Jornalismo.....	25
- Histórico.....	25
- Missão.....	27
- O trabalho.....	28
- Rotina de processos.....	30
- Produtos.....	32
VI – Avaliação do público interno.....	35
- Avaliação da coordenadora e do diretor da Secom.....	36
- Avaliação dos representantes dos veículos.....	37
VII – Percepção dos parlamentares.....	48
VIII – O papel da comunicação na CD – desafios da comunicação pública.....	51
IX – Considerações finais.....	56
X – Referências.....	61
Anexo A – Legislação.....	63
Anexo B – Organogramas.....	68
Anexo C – Carta sobre a reestruturação da Secom.....	70
Anexo D – Produtos – exemplos dos produtos criados pela Coordenação de Jornalismo.....	76

I - Apresentação

Formada em Comunicação Social - habilitação em jornalismo, pela Universidade Federal do Pará (1993), iniciei cedo minha trajetória profissional na televisão, onde passei por todos os estágios: produtora, repórter, apresentadora, editora, redatora e diretora de programação, completamente envolvida pelo fascínio da “caixinha mágica”.

Contudo, numa terra onde as disputas sempre foram muito acirradas e os lados muito bem definidos, a política sempre me intrigou e esteve presente em minha vida profissional. A política, aliás, que tanta aversão causa à maioria das pessoas, foi desde o início uma paixão, mas nem sempre me dei conta disso.

Em 1999, mudei-me para Brasília e nunca vou esquecer a primeira vez que entrei no Congresso Nacional, experiência repleta de simbolismo e um daqueles raros momentos de total clarividência: é aqui que eu quero estar. Até hoje, a visão da Esplanada dos Ministérios, com o Legislativo ao fundo, não é para mim uma paisagem corriqueira.

Desde então, entre idas e vindas, tenho trabalhado como Secretária Parlamentar na Câmara dos Deputados (CD), exercendo a função de assessora de imprensa.

Nesse meio tempo, consolidou-se uma nova paixão por outra “caixinha mágica”, desta vez, o computador e as possibilidades de interação entre governo e cidadão por meio da Internet, o chamado Governo Eletrônico, um mundo fascinante. Ao fim e ao cabo, lá estava a política como pano de fundo, dando os principais subsídios e servindo de base para os questionamentos e proposituras nessa área.

Na trajetória acadêmica, assemelhada à profissional, também sempre estive em busca daquele algo mais, nem sempre muito claro. Realizei três especializações: Técnicas de Produção de Programas de Televisão (1995, como bolsista do governo de Chiba, no Japão); Marketing *lato sensu* (1997); e MBA em Governo Eletrônico (2005).

Ainda em 2005, quando a Câmara divulgou a abertura de seus cursos de pós-graduação, imediatamente reconheci ali uma oportunidade única e imperdível, mesmo correndo o risco de parecer uma aficionada por diplomas de especialização.

Vi no curso de Instituições e Processos Políticos a chance de me aprofundar na ciência política voltada para o ambiente Legislativo, confrontando, assim, a teoria com a prática profissional acumulada nos últimos sete anos de Câmara dos Deputados.

Foi pensando exatamente na prática do trabalho exercido como assessora de imprensa parlamentar que cheguei ao tema proposto por este projeto: estudar a dinâmica da cobertura jornalística produzida na Câmara dos Deputados, hoje, liderada pela Coordenação de Jornalismo, órgão criado no início de 2003, com o objetivo de integrar, otimizar e tornar mais eficiente o sistema de notícias das atividades legislativas.

Ao término de uma das mais conturbadas legislaturas da história do parlamento brasileiro, imersa em escândalos e denúncias de corrupção, fica muito difícil fazer frente à onda de denunciamentos, generalizações e “opinionismos” disfarçados de fatos, criada pela chamada grande imprensa. Neste sentido, como age, ou deveria agir o sistema de notícias da Câmara dos Deputados enquanto órgão de comunicação pública?

Para quem já teve a experiência de fazer parte dos dois lados - afinal, como muitos de meus colegas que hoje atuam no Legislativo, eu também vim da imprensa comercial, também já me senti a mais legítima representante dos interesses do cidadão sem nunca ter sido votada para isso - e sabendo que jamais poderia, nem deveria, me libertar dos valores fundamentais do bom jornalismo, qual seria então o meu papel nessa engrenagem?

Vale aqui dar uma parada para ressaltar a participação fundamental da imprensa brasileira na conquista de nossa democracia. E, por que não dizer ainda, o papel diário de fiscalização que exerce sobre as mais diversas instâncias de representação da sociedade. Contudo, e no jornalismo se aprende cedo que sempre existirá um porém, é importante lembrar que a chamada “grande imprensa” é parte de um monopólio privado dos meios de comunicação e, como tal, movida a interesses próprios.

De forma não menos importante, devemos destacar também o que muitos fazem questão de não ver, ouvir, ou procurar entender, qual seja, o fato de nossa democracia estar sim consolidada. E mais, o fato do nosso processo eleitoral e, por consequência, nossos representantes políticos, ser totalmente legítimo (e não uma farsa, como muitos querem crer), mesmo cientes do fato do sistema ter seus problemas, não ser perfeito.

Como seguir em frente e mostrar que o Legislativo é muito mais do que “mancheteiam” os jornais? Como mostrar com abrangência e, mais ainda, com profundidade e imparcialidade a gama de informações produzidas pela Câmara dos Deputados, seus 513 atores principais e seus milhares de coadjuvantes? Como ampliar o alcance dessa informação e tornar isso palatável para o cidadão? Qual o papel dos veículos de comunicação da instituição? Como, exatamente, funciona o sistema de notícias da Câmara? As perguntas simplesmente pipocavam quase sem controle em minha mente à época da definição do objeto de estudo deste trabalho.

Meu orientador me demandou calma. “É só uma especialização, um início”, dizia ele. “Você primeiro levanta a ‘lebre’, futuramente, em um mestrado, você assa e, posteriormente, num doutorado, você come.”, garantindo, mesmo assim, que nunca estaria concluído.

Acabei, então, dando definição de tamanho ao meu estudo: a Coordenação de Jornalismo da Câmara dos Deputados.

Justamente por ser um órgão recente, o objetivo deste trabalho é mostrar o cenário que motivou a criação da Coordenação de Jornalismo, a evolução das atividades por ela desenvolvidas, avaliá-la, contando para isso com a ajuda de parte de seu público interno e ouvindo ainda a percepção dos parlamentares, e, eventualmente, apontar formas de potencializá-las, na certeza de que o trabalho realizado tem importância estratégica para o fortalecimento da instituição.

Apesar da limitação necessária, dada pela definição de escopo, este trabalho ambiciona, ao final, ter podido ajudar o leitor a ter levantado não uma, mas inúmeras “lebres” e, sempre que possível, deixá-las prontas e temperadas para o banquete final. As tais “lebres” foram iniciadas com os questionamentos acima, mas, ao longo deste estudo, espero contribuir com mais subsídios.

Por fim, vale destacar ainda a assertiva deste trabalho para o momento atual, onde, de um lado, temos como cenário um conturbado panorama político, fonte diária de notícias negativas – muitas vezes irônicas e pejorativas - e, de outro, vemos um verdadeiro boom na proliferação e fortalecimento dos veículos de comunicação institucionais.

Dizem que os chineses rogam suas pragas desejando a seus desafetos tempos interessantes. Pois que venham. E que estejamos prontos para eles.

II - Introdução

A Câmara dos Deputados é o palco das grandes decisões políticas que influenciam a vida de todos os cidadãos. Uma cobertura jornalística eficiente das atividades parlamentares é importante não apenas para os deputados, principais atores políticos da Casa¹, que precisam, de alguma forma, prestar contas de seu mandato, mas, principalmente, para as milhares de pessoas que não têm acesso ao *locus* decisório e, na maioria das vezes, desconhecem os procedimentos legislativos. O aperfeiçoamento dessa cobertura também possibilita ao cidadão acompanhar e rastrear a ação dos seus representantes (*accountability* e *traceability*).

Em última análise, mas não menos importante, uma cobertura jornalística eficiente deve ser perseguida também pela instituição, para que esta possa ganhar força e credibilidade junto à opinião pública e não se deixar apenas ser pautada pela grande mídia, mas também adquira condições de pautá-la.

A evolução e conseqüente popularização dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, a saber, Televisão, Rádio, Agência e Jornal da Câmara, ajudam o cidadão a se familiarizar com os processos legislativos e aproximam os representados de seus representantes.

Em seu livro "Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a Política" (2002), a jornalista Malena Rodrigues observou a relevância da teoria do *Agenda Setting* (o poder de definir o que estará na pauta de discussões), oriundo da mídia externa, sobre a Câmara dos Deputados e constatou, à época da realização do estudo (1996), a quase submissão dos atores políticos ao que a mídia considerava importante. Uma reação bastante imediata aos estímulos que vinham da mídia para dentro do Congresso. Em seu livro, a autora destaca a importância de fazer um contrafluxo, isto é, fazer com que o Congresso pudesse também expor o que considera importante como notícia.

Para tal, o fortalecimento dos veículos de comunicação da Casa, sua profissionalização, integração e dinamização, são fatores fundamentais para equilibrar esse poder de agenda.

¹ Passaremos, eventualmente, a nos referir desta forma à Câmara dos Deputados, por ser ela o âmbito integral deste trabalho.

Em um outro ângulo de estudo, Nelson Rojas de Carvalho, em seu livro "E no início eram as bases – Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil" (2003), mostra-nos a importância que a teoria da Conexão Eleitoral tem para grande parte dos parlamentares que precisam de um canal direto para prestar contas a seu eleitorado, papel esse cada vez mais preenchido pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.

A comunicação pública de qualidade é nada menos que uma demanda social pelo direito à informação. E quando falamos em comunicação pública, é imprescindível ter em mente alguns de seus fundamentos básicos, como transparência; garantia de acesso à informação; direito às informações decodificadas, isto é, que possam ser compreendidas pelo cidadão comum; compromisso com a formação da cidadania e o bem-estar da vida em coletividade; além da formação de um receptor ativo, um cidadão participante do processo.

Em seu livro, *La Communication Publique* (1995), Pierre Zémor ressalta a necessidade de se preencher esse papel:

“O desenvolvimento da comunicação, notadamente a do serviço público, é uma resposta à complexidade crescente de nossas sociedades; ela facilita a busca do interesse geral que resulta de uma arbitragem difícil entre interesses singulares e categorias. A Comunicação Pública responde a uma busca da significação, bem como a uma necessidade de relação.” (p. 1).

Buscando auxílio nesses estudos, entre outras fontes, vamos analisar o papel da Coordenação de Jornalismo, um órgão criado em 2003, que tem a missão de estruturar e liderar a cobertura do sistema de notícias da Câmara dos Deputados. Uma forte aliada dos interesses da instituição, tanto para equilibrar o poder de agenda, como também para garantir uma conexão eleitoral de mão dupla, onde o cidadão seja um dos principais beneficiados.

A função do coordenador, que inicialmente era a de um assessor para os assuntos jornalísticos dos veículos da Casa, transformou-se em um forte braço de integração, articulação e dinamização de todo o noticiário que é feito na Câmara dos Deputados, contribuindo para a profissionalização da comunicação ali produzida.

Com a evolução do trabalho e conseqüente ampliação de suas funções, em menos de quatro anos, o cargo de Coordenador de Jornalismo virou uma estrutura que, mesmo sem previsão normativa, hoje é conhecida e está legitimada como a Coordenação de Jornalismo.

O que inicialmente era trabalho de um único profissional, hoje é executado por uma equipe de nove pessoas que desenvolve uma série de produtos estratégicos, tanto para a comunicação interna, quanto para o resultado final do sistema de notícias da instituição, que passou a ganhar cada vez mais espaço e credibilidade.

Mesmo sendo um órgão estratégico para a comunicação da Câmara dos Deputados, a Coordenação de Jornalismo ainda enfrenta alguns problemas de ordem estrutural que dificultam a realização de suas atividades: atua em espaço físico precário; tem alto índice de rotatividade de pessoal (estagiários); sua estrutura não possui previsão regimental; entre outros. Mesmo assim, seu trabalho tem garantido tanto o fluxo, quanto uma maior eficiência da comunicação entre os veículos (Rádio, TV, Jornal e Agência) com os quais interage.

Quatro anos após a sua implantação, será que a Coordenação de Jornalismo da Câmara dos Deputados conseguiu alcançar resultados satisfatórios na percepção do público com o qual interage e também dos principais atores políticos da Casa, os próprios parlamentares? Qual a percepção de eficiência ou ineficiência que eles têm quanto à cobertura das atividades legislativas liderada pela Coordenação de Jornalismo?

Este estudo tem o objetivo de revelar as atividades desempenhadas pela Coordenação de Jornalismo da Câmara dos Deputados; avaliar o trabalho por ela realizado; e, eventualmente, apontar formas de potencializá-lo.

Em uma primeira análise, discorrerei sobre como está organizada a Secom e como a Coordenação de Jornalismo se insere nesse contexto. Depois, mostrarei o cenário que motivou a sua criação. Em seguida, falarei da evolução do seu trabalho e dos produtos desenvolvidos pelo órgão nos últimos quatro anos.

Para avaliar seu desempenho, busquei auxílio em dois públicos distintos: o primeiro, que chamaremos de público interno da Secom, contará com a opinião dos principais envolvidos com o trabalho da Coordenação, como o próprio diretor do órgão, William França; a Coordenadora de Jornalismo, Maristela Sant'Ana; e diretores e/ou chefes de reportagem dos veículos de comunicação da Câmara, com os quais a Coordenação interage.

O segundo público, não menos importante, são os próprios parlamentares e sua percepção de eficiência quanto a cobertura do sistema de notícias da instituição da qual são os principais atores políticos.

Por fim, buscarei apontar os desafios deste órgão para levar em frente sua missão e sugerir alguns caminhos a seguir.

Ainda neste trabalho, por meio de entrevista realizada com alguns dos atores, responsáveis pela comunicação hoje produzida na Câmara dos Deputados, vamos discutir o papel da comunicação pública e como essa visão vai se sedimentando na cultura da instituição.

III - Metodologia utilizada

Este trabalho foi realizado, principalmente, por meio de um Estudo de Caso que tem como objeto fundamental a Coordenação de Jornalismo da Câmara dos Deputados. Como tal, ao fim do estudo, busquei responder, mesmo que em um segundo plano, como e por que foi implementado um conjunto de decisões e com quais resultados (Yin, 2004).

Utilizei técnicas de observação da rotina de trabalho da Coordenação de Jornalismo, com o objetivo de compreender melhor suas funções, conhecer seus interlocutores, o produto do seu trabalho e também suas dificuldades.

Como parte deste trabalho de observação e acompanhamento, fui adicionada ao grupo chamado Comunicação Urgente, um grupo de comunicação via e-mail, composto por cerca de 50 pessoas-chaves da Secretaria de Comunicação da Câmara, com os quais a Coordenação se comunica e, diariamente, troca vários e-mails. O Comunicação Urgente recebe as novidades e alterações de pauta, boletins de última hora e orientações gerais em casos mais polêmicos.

Por meio do Comunicação Urgente, passei também a receber todos os demais produtos, a maioria diários (mapa de reportagem, mapa de flashes, destaques da mídia e resultado das comissões), feitos pela equipe da Coordenação.

Além do acompanhamento do trabalho da Coordenação, foram realizados levantamentos de dados com base em pesquisas das resoluções e atos que criaram a Secretaria de Comunicação Social (Secom) e a Coordenação de Jornalismo e lhe impuseram competências². Busquei ainda conhecer outros trabalhos, acadêmicos ou não, que versam direta ou indiretamente sobre o objeto deste estudo.

Não menos importante foram as entrevistas realizadas com o que passei a chamar de público interno da Secom, alguns dos quais, principais clientes e interlocutores do trabalho realizado pela Coordenação de Jornalismo, para resgatar a história de sua criação, buscar uma avaliação de desempenho e ouvir críticas e sugestões.

Para este trabalho foram entrevistados a coordenadora de jornalismo da Câmara, Maristela Sant'Ana (conversamos repetidas vezes), o diretor da Secom, William França, e os ex-diretores da Secretaria, Márcio Araújo e Ademir Malavazi. Também conversei com o jornalista Cid Queiroz, o primeiro coordenador de jornalismo.

² Ver Anexo A – Legislação (p.63)

Além disso, entrevistei um representante de cada veículo, escolhidos pelo cargo de chefia e grau de interlocução junto à Coordenação de Jornalismo. Foram eles:

- Reinaldo Ferrigno – editor e coordenador de produção do Serviço Fotográfico (Sefot);
- José Aprígio Nogueira Cesarino - chefe de redação da Rádio Câmara;
- Dulcídio Siqueira Neto - coordenador do Núcleo de Jornalismo da TV Câmara;
- Patrícia Roedel - diretora da Agência Câmara;
- Malena Rodrigues - chefe de reportagem da Imprensa Escrita (Jornal e Agência).

Em relação às entrevistas com a coordenadora, o atual e ex-diretores da Secretaria, a pauta foi mais flexível, procurei ouvir a história da criação do órgão, avaliações, principais problemas, como percebiam o papel da comunicação pública, entre outras relevantes informações que me foram prestadas, mesmo que não motivadas por um questionamento específico.

No caso das entrevistas com os representantes dos veículos, como teriam um caráter de avaliar qualitativamente o trabalho da Coordenação, procurei seguir uma linha comum a todos os entrevistados: pedi para que iniciassem falando um pouco sobre a história do respectivo veículo, dados sobre a audiência, principais problemas e desafios. Considerei importante fazer, inicialmente, este registro do momento atual de cada um dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Posteriormente, passamos a falar sobre a Coordenação de Jornalismo: se o entrevistado já estava na Secom antes da Coordenação ser criada e como era o antes e depois da criação do órgão; o que acha do trabalho desenvolvido hoje pela Coordenação; principais problemas, críticas e sugestões.

Em seguida, abordei mais dois temas específicos: a opinião quanto à hierarquia que o trabalho da Coordenação deveria ter ou não sobre os veículos, uma questão polêmica entre eles; e sobre como estavam avaliando a realização e a importância do planejamento estratégico feito pela Secom que, à época, estava em andamento.

Por fim, procurei ouvir uma avaliação quanto ao papel da comunicação pública. Estas informações serviram de subsídios para a estruturação do capítulo que trata sobre este tema.

Como as entrevistas não foram gravadas, procurei compilar o que considerei o mais importante e submeti o resultado final para a homologação dos respectivos entrevistados.

Em um segundo momento da avaliação do trabalho de cobertura jornalística, mas desta feita por meio eletrônico (e-mail), realizei pesquisa de opinião com os parlamentares para medir o grau de percepção quanto à eficiência da cobertura das atividades no âmbito do legislativo. Neste caso, solicitamos aos 513 deputados e deputadas federais que respondessem à seguinte pergunta: “Em sua opinião, o trabalho de cobertura jornalística das atividades parlamentares (a cargo da Coordenação de Jornalismo) realizado na Câmara dos Deputados é: Eficiente ou Ineficiente? Justifique sua resposta”.

O período eleitoral, no semestre passado, não ajudou no retorno dos deputados. Além disso, justamente pela ausência de boa parte deles da Casa, alguns e-mails não foram recebidos, acusando que a caixa postal do parlamentar estaria lotada. Mais adiante, no capítulo que trata da avaliação dos parlamentares, explicitarei melhor esses dados.

Como apoio teórico, este trabalho se valeu de linhas de pesquisa que abordam as seguintes teorias que ajudaram a justificá-lo: *Agenda Setting*, Conexão Eleitoral, Representação Política, Comunicação Política e Comunicação Pública. Mas, particularmente, acredito que o trabalho de campo, baseado em entrevistas e algumas valiosas conversas informais, além da coleta de dados, é a parte mais significativa do estudo ora apresentado.

Espero que esses dados possam contribuir com a instituição, oferecendo uma visão mais apurada do momento atual da comunicação da Câmara dos Deputados e ainda podendo apontar caminhos a seguir.

IV – A Comunicação na Câmara dos Deputados - para entender a SECOM

Evolução

No dia 29 de novembro de 2006, a TV Câmara inaugurou suas novas e modernas instalações, resultado de um projeto que durou cerca de três anos. A solenidade foi prestigiada por autoridades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e transmitida ao vivo pela emissora.

Com 410 metros quadrados, a nova TV Câmara conta com o que há de mais moderno em *design* de estrutura e iluminação. O projeto é composto de redação, bancadas de apresentação dos telejornais, estúdios de gravação, ilhas de edição, espaços administrativos e outros reservados às áreas de produção³.

As novas instalações, que tiveram custo total de R\$ 2.294.727,06, marcam bem a fase atual de crescimento e valorização dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados e, por que não dizer, das emissoras públicas de comunicação no Brasil.

Em menos de uma década (oito anos para ser exata), a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados expandiu sua estrutura organizacional e de pessoal (atualmente, a Secom tem cerca de 500 funcionários entre o quadro fixo e terceirizado), criou quatro veículos de comunicação e hoje ganha cada vez mais espaço tanto junto, quanto frente ao jornalismo produzido pela chamada grande imprensa.

A Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados foi criada em 1998, pelo Ato da Mesa nº 96, que apenas determinou a troca de nomenclatura da antiga Assessoria de Divulgação e Relações Públicas (Adirp), para a atual Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados (Secom).

Em sua justificativa, o Ato explica da seguinte forma a mudança de nome da estrutura:

“A denominação Assessoria de Divulgação e Relações Públicas e a sigla por ela gerada, ADIRP, são nomenclaturas adotadas em 1970 e que se encontram completamente superadas, tornando-se, inclusive, de difícil

³Fonte: Agência Câmara - A semana - 27/11/2006. 18h39. TV Câmara inaugura suas novas instalações na quarta-feira.

compreensão pelos públicos interno e externo e por todos aqueles que trabalham com a comunicação social no país.

Assim, a nova denominação adapta a área competente da Câmara dos Deputados à compreensão geral de suas funções, sobretudo no momento em que suas tarefas são ampliadas, com a criação da TV e da Rádio Câmara dos Deputados, dentre outras iniciativas. A nomenclatura adotada fica, de igual forma, uniformizada com aquela utilizada no Senado Federal e no Poder Executivo.

Por sua vez, a mudança da denominação dos Serviços de Divulgação e de Relações Públicas, busca harmonizar a nomenclatura adotada na Secretaria de Comunicação Social, uma vez que são igualmente defasadas, pois também oriundas da década de 70, com a adotada nos demais Departamentos da Casa.

Ainda, a aplicação deste Ato não gera qualquer despesa ao orçamento da Câmara dos Deputados pois somente altera as denominações dos órgãos envolvidos e, conseqüentemente, das funções comissionadas vinculadas.” (Ato da Mesa nº 96, de 19/06/1998. Grifo nosso).

A Adirp, por sua vez, foi criada pela Resolução nº 20, de 1971, e tinha como competência, estabelecida em seu Artigo 5º, “informar e esclarecer a opinião pública a respeito das atividades da Câmara dos Deputados, utilizando, para isso, os veículos de divulgação e as técnicas de Relações Públicas, e assessorar o Presidente em questões de cerimonial.”.

Com o objetivo de cumprir este papel, no mesmo ano, em 98, foram criadas a Rádio e a TV Câmara e foi reestruturado o Serviço Fotográfico (Sefot). Um ano mais tarde (1999) foi criado o Jornal da Câmara, em substituição ao boletim informativo existente. E, por fim, em 2000, é criada a Agência de Notícias pela Internet, completando, assim, o grupo de veículos de comunicação existente hoje na Câmara dos Deputados.

Apesar da evolução, agir como um órgão coeso, articulador, consciente de um papel a cumprir, foi uma ação que ganhou força na legislatura anterior (a partir de 2003), quando a Secom, influenciada, inclusive, pelos ares de mudança que tomavam conta do País, com a eleição emblemática do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, repensa sua estrutura organizacional.

Se 1998 foi o ano em que tudo começou, 2003 foi sem dúvida o segundo momento que considero pontual na história da Secom, quando a palavra-chave passa a ser integração.

Neste período, a Secretaria de Comunicação Social, sob a coordenação do jornalista Márcio Araújo, decidiu que era hora de discutir o seu papel dentro da instituição, ocasião em que foi realizado o I Seminário Secom, organizado pelo jornalista Ademir Malavazi que, posteriormente, viria suceder Araújo na direção do órgão.

Entre as decisões resultantes deste encontro, estão as seguintes:

1- Produzir um Manual de Redação da Secom – balizador de normas (condutas e formas de escrever) que levasse em conta as especificidades da atuação na Câmara dos Deputados;

2- Iniciar uma reestruturação da Secom, começando pela realização de concursos para as três áreas de comunicação: tv, rádio e escrita.

A criação de um Manual de Redação para todos os veículos da Casa, que, além das normas da boa escrita, definisse uma linha editorial comum a todos, mesmo que respeitando as especificidades inerentes a cada veículo, foi o primeiro passo em busca da transformação da Secom em um grupo mais coeso.

Segundo informações da atual coordenadora de jornalismo, Maristela Mendes de Sant’Ana, que à época trabalhava no Jornal da Câmara, o Manual tinha dois objetivos:

1- Nortear os trabalhos para dentro – “Por que cobrir isso e não aquilo?”.

2- Nortear os trabalhos para fora – “Informar aos parlamentares, por exemplo, o que interessa ou não de acordo com a linha editorial adotada pela Casa e as especificidades de cada veículo”.

No texto de abertura do Manual, intitulado “Por que o Manual”, Mário Araújo ressalta o papel da comunicação da Câmara dos Deputados.

“As atividades da Secom também são reguladas pelo Regimento Interno e demais instrumentos normativos da Instituição. Deriva daí a primeira razão da existência desse Manual: a necessidade de compatibilizar os preceitos válidos para toda a imprensa com a especificidade institucional dos órgãos de comunicação da Câmara. Isso significa que o Manual deve indicar os caminhos do equilíbrio entre o critério jornalístico e o critério político, assegurando equidade na cobertura da atuação dos Deputados”. (2003, p.5. Grifo nosso).

Ainda no Manual, são estabelecidas competências à Secom que, já em 2003, vivia uma realidade completamente diferente da de 1998, quando de sua criação.

“No plano da comunicação em geral, compete à Secom contribuir para dar transparência ao trabalho legislativo da Câmara dos Deputados, informando a população sobre o que se passa na Casa. É, portanto, instrumento essencial para que:

- 1) Haja maior correspondência entre a imagem pública da Câmara e a realidade da atividade legislativa, sem as distorções derivadas de posições estereotipadas e preconceituosas;
- 2) Ao divulgar antecipadamente as atividades legislativas, contribuir para que os diversos segmentos organizados da sociedade brasileira possam participar ativamente das decisões tomadas pelos senhores parlamentares, reforçando dessa forma o caráter democrático da tramitação das proposições pela Câmara;” (2003, p.11).

Um terceiro item dá destaque ao atendimento que o cidadão deverá receber quando procurar informações sobre a Casa, seja por correspondência, telefone (serviço 0800), ou e-mail, atribuições mantidas pela Coordenação de Relações Públicas.

Especificamente para a área jornalística, o Manual destaca ainda duas missões básicas:

- 1) “Dar divulgação aos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados, especialmente aqueles relativos às atividades das comissões técnicas, que recebem escassa cobertura da mídia em geral, não obstante sejam uma das instâncias mais importantes de produção da Casa;”
- 2) “Ser fonte de informação institucional da Câmara”. (2003, p.12).

Ainda em 2003, com o objetivo de integrar, dar coerência, dinamismo e otimizar a cobertura do noticiário da Câmara dos Deputados, é criada a Coordenação de Jornalismo, outro importante passo na busca da integração da Secretaria.

Em 2004 aconteceu o II Seminário Secom, mas as discussões foram mais teóricas e surtiram pouco efeito prático. Por ocasião do terceiro seminário, em 2005, houve uma tentativa de resgatar a pauta discutida no primeiro encontro e dar andamento à reestruturação da Secretaria. Segundo informa o atual diretor, William França, que à época trabalhava nos veículos, esse processo foi interrompido com a chegada do novo presidente da Casa, deputado Severino Cavalcante (PP/PE), e só retomado no final daquele mesmo ano, quando William chega à direção do órgão.

Em período de grande mudança, de mais uma legislatura, é possível afirmar que a Secom vive hoje um terceiro momento importante em sua história. Uma fase onde a estrutura cresceu muito, ganhou reconhecimento, foram criados uma série de novos produtos e o diretor dá a Secretaria por reestruturada. Contudo, muito pouco dessa estrutura está realmente formalizada.

A própria Coordenação de Jornalismo, objeto de estudo deste trabalho, não possui estrutura regimental. Existe de fato, mas não de direito. Da mesma forma, a estrutura que hoje compõe a Secom não está regulamentada por nenhum instrumento normativo.

Hoje, é possível identificar dois sentimentos que se destacam em relação ao momento atual Secom:

- 1) Formalizar e garantir legitimidade à estrutura existente, para que a Secretaria não fique à mercê de humores e influências políticas que possam desvirtuar, para interesses particulares, o amadurecimento e crescimento que órgão alcançou.
- 2) Período de acomodação do crescimento. Reavaliar o que foi criado e pensar o caminho a seguir daqui pra frente, quando novos desafios aparecem no

cenário, como a comunicação na era da TV digital e a inserção dos veículos em canais abertos e mais acessíveis ao público em geral.

Podemos aqui concluir que, desde 1998, data de sua criação – ou de mudança de nome da antiga estrutura existente - a Secom passou por três momentos pontuais em sua recente história:

- **1998**, quando de sua criação e realização de concursos para a entrada de novos jornalistas, grupo que acabou tendo a missão de repensar a estrutura e dar os novos rumos para a atual Secretaria. Em 1998 também acontece a criação da TV e da Rádio Câmara e a preparação para criação do jornal, no ano seguinte;
- **2003**, ano de grande efervescência política, trazida pela eleição do Presidente Lula, quando a necessidade de integração, uma demanda existente desde a criação da Agência (2000), tornou-se latente, dando origem a realização de discussões mais estruturadas sobre o papel da Secom e da própria comunicação institucional, por meio da realização dos seminários da Secom. Em 2003 ainda é criada a Coordenação de Jornalismo que viria integrar e dar novo dinamismo à estrutura jornalística dos veículos; e
- Final de **2006**, próximo à mudança de legislatura, quando a Secom, após um crescimento e fortalecimento dos seus veículos, começa a reavaliar seu papel e procurar garantias formais para a manutenção de sua estrutura.

Estrutura atual da SECOM

Para que possamos compreender melhor onde se encaixa a Coordenação de Jornalismo na atual estrutura da Secom, é importante discorrer sobre como está organizada a Secretaria.

Quando assumiu a Secom, em novembro de 2005, William França tinha como objetivo dar continuidade ao processo de reestruturação destacado por ocasião do I Seminário Secom⁴. Durante sua gestão, as principais modificações feitas na estrutura do órgão foram:

⁴ Ver Anexo C – Carta sobre a reestruturação da Secom. Carta do secretário William França aos funcionários da Secom, no início de 2006, prestando contas sobre todo o processo de reestruturação da Secretaria (p.70)

- 1- Fusão da Agência Câmara com o Jornal da Câmara, passando a formar a Subsecretaria de Imprensa Escrita;
- 2- A Publicidade ganhou estrutura separada;
- 3- A área chamada de Mídia Alternativa, responsável pela Internet, ganhou o nome de Comunicação Digital, uma vez que a Internet há muito deixou de ser uma mídia alternativa;
- 4- A Assessoria de Imprensa, criada em 2005, com a função de responder pela instituição, também continuou como uma área própria dentro da Secom.

Hoje, a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados funciona com a seguinte estrutura:

- 1- Gabinete:** Secretário, Chefe de Gabinete e Chefe do Serviço de Administração.
- 2- Duas Coordenações:** Coordenador de Jornalismo e Coordenador de Comunicação Institucional.
- 3- Seis áreas “independentes”:** Assessoria de Imprensa Institucional; Planejamento Estratégico; Assessoria Especial; Fotografia; Publicidade; e Comunicação Digital.
- 4- Quatro Subsecretarias:** TV Câmara, Rádio Câmara, Imprensa Escrita e Relações Públicas.

De acordo com o desenho da estrutura (ver Anexo B - Organogramas), o Coordenador de Jornalismo não tem uma hierarquia de linha sobre as subsecretarias que respondem pelos veículos de comunicação (tv, rádio e escrita). Aliás, nenhuma área nessa estrutura, à exceção do próprio secretário, tem esse poder de hierarquia sobre a outra. Segundo William França, “a Coordenação não manda, articula, por isso tem um coordenador e não um diretor.”.

Quanto à organização acima descrita, acredito ser desejável e necessário que uma instituição como a Câmara dos Deputados tenha uma estrutura de comunicação forte e profissionalizada, isto é, capaz de competir por qualidade, eficiência e audiência para poder fazer frente a sua missão, mesmo que não nos mesmos termos dos veículos comerciais. Contudo, a estrutura tem seus problemas: não pode ser considerada pequena – A Secom tem hoje sob sua batuta cerca de 500 funcionários, dos quais 259 efetivos e o restante terceirizado; além disso, boa parte da estrutura não está formalizada por meio de uma ação regimental (Portaria, Ato da Mesa, ou qualquer instrumento normativo), não impedindo, portanto, que o próximo titular do órgão a redesenhe.

Desafios

Em uma visão geral da Secom, o atual secretário de Comunicação Social, William França, dá a Secretaria por reestruturada. Ele indica, contudo, alguns desafios pela frente:

- Contratação de pessoal por meio de concurso;
- Melhorar a estrutura física;
- Implantação de projetos em elaboração, como o novo manual de marcas da Câmara dos Deputados.

Outra questão levantada foi a possibilidade de criação de um *ombudsman* para a Secom. Por enquanto, segundo William, essa função fica a cargo da Coordenação de Jornalismo.

Planejamento Estratégico

Em face da mudança política, com a troca da legislatura e a eleição de uma nova mesa diretora, que influencia diretamente na indicação de cargos da Secom, o primeiro escalão da Secretaria, formado por um grupo de cerca de sete diretores, decidiu se antecipar e aproveitar a oportunidade do bom diálogo que mantinha com o então presidente da Casa, deputado Aldo Rebelo (PC do B/ SP), para propor uma formalização da estrutura existente.

Envolvida diretamente no processo, a coordenadora de jornalismo, Maristela Sant'Ana, lembra que o Ato da Mesa que cria a Secom, apenas mudou o nome da antiga Assessoria de Divulgação e Relações Públicas (Adirp) e que grande parte da reestruturação feita no órgão não tem nenhuma validação formal.

Para tentar inverter esse quadro e, assim, segundo ela, “não ficar à mercê de humores políticos, dentro do que é possível em uma casa política”, o primeiro e o segundo escalões da Secom, cerca de 30 pessoas, reuniram-se para montar um documento formal que repense a missão da Secretaria, sua estrutura e seus objetivos.

Maristela lembra que existem hoje cerca de 500 pessoas envolvidas com o trabalho realizado pela Secom, “do diretor ao iluminador terceirizado que trabalha na TV Câmara”.

Após três reuniões realizadas pelo grupo dos 30, no dia 18 de novembro de 2006, cerca de 120 pessoas, entre servidores efetivos, Cargos de Natureza Especial (CNEs) e funcionários terceirizados, apenas os que estão mais diretamente envolvidos com o trabalho da Secom, participaram de uma reunião estratégica para validar esse documento que contém, entre outras coisas, as seguintes perguntas:

- O que a Secom entende como Comunicação Pública?
- Qual o nosso negócio?
- Qual a nossa missão?
- Qual a nossa proposta de ações?

Não cheguei a ter acesso ao documento final produzido por este movimento. Fui informada de que a direção da Secom não conseguiu sentar à mesa com o ex-presidente da Casa, deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), para expor suas reivindicações e que o secretário William França aguarda o momento oportuno para conversar com o novo titular da presidência, deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP).

Considero legítima a preocupação da Secom em salvaguardar a estrutura existente da instabilidade dos humores políticos. Afinal, apesar de o político ter legitimidade para gerir o serviço público, não é raro que interesses pessoais e partidários, relacionados à disputa de poder, acabem por interferir diretamente na condução ou alteração das regras institucionais, que por sua vez precisam ter certa estabilidade. (ZÉMOR, 1995).

A meu ver, o cuidado a ser tomado é simplesmente evitar corporativismos, lembrar que esta é uma Casa política e, portanto, seu presidente e demais integrantes têm total legitimidade para propor alterações na sua estrutura.

Aliás, esta espécie de síndrome da burocracia, que parece estar sempre tentando proteger a instituição pública dos atores políticos da vez, pode incorrer no erro de não respeitar a legitimidade conferida pela soberania popular, uma vez que o trabalho da burocracia deve ser voltado para o mesmo cidadão que tem o poder de escolher e legitimar seus representantes políticos.

V – A Coordenação de Jornalismo

Histórico

A criação da Coordenação de Jornalismo, bem como toda a iniciativa de transformar a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados (Secom) em um órgão mais coeso e integrado, como já mencionamos anteriormente, é recente. O período histórico que analisamos neste trabalho é de 1998, ano que marca a criação da Secom e alguns de seus principais veículos, a 2006. Mas focaremos, principalmente, na legislatura 2003-2006, quando a Coordenação foi criada.

O cargo de Coordenador de Jornalismo foi criado pelo Ato da Mesa nº 05, de 27/02/2003, com a atribuição de “auxiliar o Diretor da Secom no planejamento da pauta semanal do sistema de notícias da Câmara dos Deputados; coordenar a pauta diária junto às demais Coordenações da Secretaria e acompanhar sua execução.”.

Segundo o jornalista Márcio Araújo, diretor da Secom à época, a necessidade de criação de um órgão que pudesse integrar os veículos já era uma demanda latente, reconhecida, principalmente, após a criação da Agência Câmara (2000).

Último veículo da Casa a ser criado, a Agência tinha o objetivo de divulgar, em tempo real, os acontecimentos que tomavam lugar pelos quatro cantos da Câmara dos Deputados: plenário, comissões, eventos culturais, manifestações, entre outros. Por isso mesmo, em vez de contar com um corpo próprio de repórteres e, até mesmo para não onerar a estrutura da Secom, quando de sua criação, a Agência foi pensada para ser a receptora do material produzido por repórteres dos outros veículos (TV, Rádio e Jornal).

Segundo a jornalista Patrícia Roedel, que ajudou a criar a Agência Câmara e ali trabalha desde a sua criação, atualmente exercendo a função de diretora do veículo, foi aí que se pôde perceber com clareza não apenas a falta de uma diretriz comum, mas a existência de linhas editoriais realmente conflitantes.

Ficou também evidente que a Agência não poderia fazer o papel de centralização, ou mesmo de coordenação do material recebido dos demais veículos, justamente por ser um deles e estar no mesmo nível hierárquico.

Em 2002, dois anos após a criação da Agência, Roedel ganhou o terceiro lugar no concurso Câmara em Idéias⁵, apresentando a proposta de criação de uma central de reportagem, vinculada à Secom, que pudesse exercer esse papel articulador entre os veículos.

Em 2003, a idéia foi posta em prática e Araújo indicou para o cargo o também jornalista Cid Queiroz, funcionário do quadro efetivo da Secom, primeiro coordenador.

Segundo Araújo, novamente, as principais motivações para a criação da Coordenação de Jornalismo foram: o fato de cada veículo fazer sua própria pauta e a cobertura das notícias de forma desintegrada, não existindo uma orientação editorial que norteasse a todos; cada veículo estabelecia relação direta (e às vezes pessoal/personalizada) com os parlamentares, sem um marco editorial que os orientasse; além do fato de um mesmo assunto trazer abordagens conflitantes, por dois ou mais veículos.

Araújo ressalta que, mesmo sendo uma demanda já existente, a criação de um cargo de coordenação das atividades jornalísticas dos veículos sofreu forte resistência inicial por parte dos interlocutores responsáveis, que agora teriam uma nova instância para interagir e, de certa forma, para prestar contas.

Contudo, de início, a Coordenação não foi pensada para estar hierarquicamente acima dos veículos, nem ter poder de mando sobre eles. Para Patrícia Roedel, uma das idealizadoras do trabalho desenvolvido hoje pela Coordenação de Jornalismo, isso se explica porque, segundo ela, se assim fosse, não haveria necessidade dos veículos terem diretores.

Em fevereiro de 2005, o jornalista Ademir Malavazi assume a Secom, ficando nove meses no comando da Secretaria. O novo diretor leva adiante a manutenção do coordenador de jornalismo, criado na gestão anterior. Indica para o cargo a jornalista Maristela Sant'Ana.

Neste mesmo período, entram na Casa os novos jornalistas concursados e Malavazi acreditou que o momento seria propício para realizar essa integração entre a Coordenação e os veículos.

Em novembro de 2005, após a troca na presidência da Câmara – assume o deputado Aldo Rebelo (PC do B /SP), o jornalista William França é indicado para o comando da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e decide dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido por Sant'Ana.

⁵ Iniciativa que integra o programa 'Mentes-em-Obra', contemplado na política de pessoal da Câmara, premiando funcionários, autores de idéias que possam trazer propostas inovadoras para a melhoria dos serviços da Casa ou como solução de problemas de gestão.

Hoje, o que seria um cargo de assessoramento (o Coordenador de Jornalismo), cresceu e ampliou suas funções. O coordenador virou, mesmo que sem previsão formal, uma Coordenação de Jornalismo.

Com uma equipe de nove pessoas, a estrutura passou a desenvolver uma série de produtos que ajudam a fomentar, dar dinâmica e orientação ao jornalismo da televisão, rádio, agência e jornal da Câmara dos Deputados.

Indiscutivelmente, os veículos de comunicação da Câmara dos Deputados vêm ganhando notoriedade ao longo dos últimos anos. Apesar de nenhum deles ter dados exatos sobre a mensuração de sua audiência, é possível afirmar, principalmente tomando como base o trabalho realizado pela Agência Câmara, que hoje eles conseguem fazer esse contrafluxo da teoria de agendamento (*Agenda Setting*), podendo dar o tom das prioridades dos acontecimentos legislativos para a grande imprensa.

Em minha opinião, foi exatamente este crescimento e a necessidade de ter uma estrutura mais profissionalizada, isto é, similar à de qualquer veículo de comunicação da grande imprensa, mesmo que resguardadas as peculiaridades de uma instituição legislativa, que tornaram necessária a criação de uma coordenação de jornalismo para imprimir ritmo e dar coerência ao trabalho jornalístico feito na Câmara dos Deputados, que segue em crescente expansão.

Podemos afirmar, portanto, que a criação da Coordenação de Jornalismo está inserida no movimento de integração e reconstrução do papel da Secom que tomou conta do órgão a partir de 2003. Nesse movimento, destacam-se ainda ações como a realização dos seminários da Secom e da criação do Manual de Redação.

Missão

Após a sua reestruturação, já sob a coordenação do atual diretor, William França, a Secom divulgou material informativo para que o público interno da Casa (gabinetes parlamentares, comissões e demais instâncias político-administrativas) pudesse conhecer sua nova estrutura e utilizá-la melhor. Nesse material, a função da Coordenação de Jornalismo está assim descrita:

“Responde pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das pautas semanais do sistema de notícias da Câmara dos Deputados. Atua no

acompanhamento da reportagem da TV Câmara, Rádio Câmara e Imprensa Escrita – Jornal da Câmara e Agência Câmara. Direciona a execução dos trabalhos jornalísticos e orienta a produção jornalística dos veículos.

Recebe por e-mail (pauta@camara.gov.br) ou por telefone as sugestões de pautas para cobertura de eventos, reuniões ou outras atividades parlamentares das comissões e do Plenário”.⁶

Segundo a coordenadora Maristela Sant’Ana, podemos resumir a função da Coordenação de Jornalismo em três partes:

- 1- Função operacional** – mobilização, integração e elaboração dos produtos.
- 2- Função estratégica** – dar a linha editorial, dar orientação política em situações mais polêmicas ou fora da “rotina”.
- 3- Avaliação de resultados** – ver e avaliar o produto final, o jornalismo produzido nos diversos veículos da Casa, uma espécie de *ombudsman* (ouvidor), levando críticas e sugestões.

Ainda segundo análise da coordenadora, devido às dificuldades envolvendo a estrutura física e de pessoal, a avaliação de resultados, que também é estratégica, não consegue ser feita a contento (rotineiramente) e ainda é embrionária.

É justamente pela função estratégica que exerce e por ser ela a responsável pela apreciação do trabalho final realizado pelos veículos que não podemos igualá-la aos grupos com os quais interage, mesmo não tendo poderes de mando sobre eles.

O trabalho

A Coordenação de Jornalismo funciona em ritmo similar ao de uma equipe de produção de qualquer veículo de imprensa. Define e confirma pautas, organiza a escalação de equipes (veículos), subsidia repórteres com as informações necessárias e monitora coberturas. A diferença é que é ela que dá o tom das prioridades.

A não ser em casos excepcionais, geralmente não executa as coberturas, ficando essas atividades a cargo dos veículos de comunicação da Casa.

Apesar de não ter um papel de hierarquia direta sobre os veículos (não ter poder de mando sobre eles), podemos afirmar que a Coordenação tem uma hierarquia indireta. Não

⁶ Material interno distribuído pela Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, aos gabinetes parlamentares e comissões, no ano de 2003.

pode ser considerado um órgão igual aos veículos. Além disso, a Coordenação tem canal direto com a direção da Secom, instância onde são discutidas as diretrizes e prioridades. Por isso mesmo, tanto a agenda de pautas da semana, quanto as definições de prioridades e de cobertura, são dadas por ela, mesmo que posteriormente sejam postas em discussão na reunião semanal que acontece todas as segundas-feiras.

Particpei de algumas dessas reuniões e foi possível perceber que, hoje, já existe um consenso entre o que é prioridade entre as pautas que mais atendem às características de cada veículo. As prioridades de pautas obedecem, principalmente, aos critérios de relevância e abrangência, isto é, o impacto que determinado assunto ou tema terá na vida das pessoas. Portanto, normalmente, a reunião fluiu sem maiores dificuldades ou impasses.

Nessa reunião, entre a Coordenação de Jornalismo e os responsáveis imediatos pelos veículos, participa também o Serviço Fotográfico (Sefot), que faz parte da estrutura da Secom⁷, apesar de não estar ligado diretamente aos veículos.

Na ocasião, é definida uma agenda de pauta e acordado quem irá cobrir o quê e vai dividir essa cobertura com quem. As sugestões iniciais são feitas pela Coordenação, que é responsável pela estruturação da pauta, e discutidas com os demais.

Pela quantidade e variedade de atividades que acontecem, muitas vezes simultaneamente, durante a semana parlamentar, essa organização é fundamental para garantir eficiência, otimização e abrangência nas coberturas das atividades do Poder Legislativo.

Hoje, é consenso entre os representantes dos veículos, entrevistados neste trabalho, que é impossível cobrir tudo o que acontece na semana parlamentar, que tem seu ápice às terças, quartas e quintas-feiras, chegando a uma média de 45 a 50 pautas/dia. Algumas ainda com direito a desdobramentos.

Como exemplo, podemos citar a reunião de uma determinada comissão (contabilizada acima como uma pauta), que tenha dois ou mais assuntos de sua agenda previamente destacados pela Coordenação para a necessidade de cobertura.

Mesmo com uma estrutura física precária e uma estrutura de pessoal com grande rotatividade de estagiários, o que faz com que a dinâmica do trabalho oscile bastante a cada saída de grupo, a Coordenação de Jornalismo produz uma série de produtos⁸ que têm o objetivo de integrar a equipe, fazendo com que a informação possa fluir entre eles, de forma que todos saibam o que está acontecendo a cada instante e quem está responsável por determinada cobertura.

⁷ Ver Estrutura da Secom (p. 21)

⁸ Ver Produtos da Coordenação (p. 32)

Quando a atual coordenadora de jornalismo, Maristela Sant’Ana, assumiu a Coordenação, em fevereiro de 2005, havia apenas uma produtora e duas estagiárias. Hoje, a equipe é formada por nove pessoas: o coordenador de jornalismo (que recebe o equivalente a uma FC7)⁹, o único a possuir função formalizada nessa estrutura, o coordenador-adjunto (FC5), um assistente de coordenação, duas produtoras (que trabalham em períodos diferentes) e quatro estagiários. Todos os demais cargos, fora o coordenador, não possuem previsão regimental.

A não formalização da estrutura que hoje funciona como a Coordenação de Jornalismo, segundo a atual coordenadora, Maristela Sant’Ana, é um dos principais empecilhos para o crescimento e aprimoramento do trabalho. Como exemplo, ela cita a situação dos quatro estagiários, que se revezam em turnos, e fazem o que ela classifica como o “grosso do trabalho”. A falta de vínculo deles com a instituição, ou mesmo de perspectiva de continuarem na Casa, faz com que a rotatividade na função seja grande.

Maristela ressalta que trabalhar na Câmara dos Deputados exige um conhecimento mínimo dos processos legislativos e que quando um estagiário já está familiarizado com o tema, é hora de ser substituído por outro, o que, inevitavelmente, representa uma interrupção no ritmo e mesmo na qualidade do trabalho ali desenvolvido.

Outro ponto levantado pelos interlocutores dos veículos é que a estrutura não pode ter estagiários “coordenando” o trabalho de jornalistas experientes, geralmente, editores-chefes, chefes de redação ou de reportagem. Por isso mesmo, o trabalho dos estagiários é limitado.

Rotina de processos

A preparação da semana do jornalismo que é produzido na Câmara dos Deputados começa, na verdade, às sextas-feiras, quando a equipe da Coordenação de Jornalismo prepara um primeiro roteiro das pautas previstas para a semana seguinte, junto às comissões e ao plenário, além dos temas que deverão repercutir dentro e fora da Casa.

Além da pauta da próxima semana, às sextas-feiras são preparados também os subsídios, outro produto feito pela Coordenação. Como o próprio nome já indica, são

⁹ Os valores das chamadas Funções Comissionadas são considerados um mistério até mesmo para quem os recebe. Variam de acordo com uma série de critérios, inclusive o tempo de Casa do funcionário. Um FC5, por exemplo, pode variar de R\$370,00 à R\$3.700,00. Ver Anexo C – Carta sobre a reestruturação da Secom (p.70).

informações correspondentes (e relevantes) para cada item da pauta, elaboradas de forma estruturada, que ajudarão na confecção das reportagens produzidas por cada veículo, na produção das primeiras notas do dia, feitas pela Agência Câmara, e para que o próprio repórter possa levar durante a entrevista.

Às segundas-feiras, às 14h30, é realizada uma reunião com todos os diretores de áreas da Secretaria de Comunicação, inclusive os coordenadores de jornalismo e comunicação institucional. Nesta reunião, o secretário repassa demandas do presidente da Casa, dá orientações sobre os temas que estão em pauta, discute questões editoriais com os diretores de veículos, entre outros assuntos de competência e interesse da Secom.

No mesmo dia, às 17h00, acontece a reunião para discutir a agenda da semana entre a Coordenação e os editores chefes e/ou chefes de reportagem de cada veículo e mais o Serviço Fotográfico, incluído por também ser considerada uma atividade de grande importância para a cobertura jornalística e ter necessidade de integração com a previsão dos acontecimentos da semana.

A proposta de pauta desta reunião é organizada pela Coordenação de Jornalismo e distribuída aos participantes. É, na verdade, uma grande “agenda” da semana com os principais itens previstos na pauta do plenário; todos os horários de reunião de comissões, com os principais tópicos na pauta de cada uma; os eventos que acontecerão na Casa; além de outras informações que podem ser relevantes, como o registro de datas especiais.

Nesta reunião, são definidas as prioridades dentre os diversos itens da pauta e a escalação dos veículos para as respectivas coberturas. A Agenda da Semana se transforma então em outro produto: os mapas de reportagem, um desmembramento das atividades da agenda para cada dia da semana, com a definição de cobertura por veículo.

Os veículos também têm autonomia para propor uma nova pauta, na medida em que têm o espaço para participar e discutir junto com a Coordenação e os demais representantes.

Sant’Ana explica que, “como a Coordenação não tem uma hierarquia de linha sobre os veículos, o trabalho é basicamente de liderança, que precisa ser construído”.

Sempre que qualquer discordância acontece, vai-se para o debate até que se chegue a um consenso.

A partir dessa reunião semanal, começa um acompanhamento diário do monitoramento das atividades e das coberturas previstas. Um grupo de comunicação via e-mail, chamado Comunicação Urgente, composto por cerca de 50 pessoas-chaves nos veículos, com os quais a Coordenação se comunica, passa a trocar vários e-mails por dia, destacando as novidades, as alterações de cursos, dando boletins de última hora, enfim, monitorando a cada

instante todos os acontecimentos e dando orientações gerais sobre que conduta deverá ser seguida em casos mais polêmicos.

Fui adicionada ao grupo Comunicação Urgente e passei a acompanhar diariamente esse trabalho feito pela Coordenação e a receber, também via e-mail, todos os demais produtos, a maioria diários (mapa de reportagem, mapa de flashes, destaques da mídia e resultado das comissões), feitos pela equipe da Coordenação.

Outro ponto de destaque desse trabalho é justamente o compartilhamento de informações: o Centro de Informática da Câmara dos Deputados (Cenin) desenvolveu uma área de compartilhamento de arquivos, com diferentes níveis de acesso, apenas para o grupo envolvido com a produção jornalística da Secom. Com isso, todos podem ter acesso ao material produzido, mesmo que apenas poucos tenham permissão de alterá-lo.

Produtos

A Coordenação de Jornalismo trabalha com uma rotina bem definida e só no último ano (2005) desenvolveu uma série de produtos¹⁰ que auxiliam na cobertura diária das atividades da Câmara dos Deputados. Os produtos são enviados por e-mail para o grupo Comunicação Urgente, ou estão disponíveis na seção de compartilhamento de arquivos criados pelo Cenin. São eles:

1- Subsídios – Produzidos às sextas-feiras, com foco nas informações que deverão constar na pauta de coberturas da semana seguinte.

2- Agenda da Semana – Primeiro mapa geral de pautas com a previsão dos principais acontecimentos da semana. Estruturado da seguinte forma: datas importantes (Dia de Defesa do Consumidor; Dia Nacional de Luta contra o Racismo; etc.); Destaques (alguns dos assuntos mais importantes previstos para a semana, tanto do Plenário, quanto das Comissões); assuntos previstos e divididos por dia da semana: hora, indicação do responsável por essa produção, status de confirmação, nome da Comissão, informações adicionais, contato da comissão ou evento e local.

¹⁰ Ver Anexo D – Produtos – exemplos dos produtos criados pela Coordenação de Jornalismo (p.76).

3- Mapa de Reportagem – Segue a mesma estrutura da Agenda da Semana, com a diferença de que contém a especificação de quem realizará a cobertura (nome do repórter responsável e veículo ao qual pertence).

4- Mapa de Flashes – Dois boletins diários (um pela manhã e outro à tarde) com as confirmações de eventos e coberturas.

5- Destaques da Mídia – *Clipping* diário (de segunda a sexta) com as principais notícias extraídas dos jornais que dizem respeito ao Legislativo. Dividido em duas edições: a primeira, que chega por volta das 9 horas, trata do *clipping* de notícias. A segunda, recebida cerca de meia hora mais tarde, traz o *clipping* das colunas e editoriais. Ainda às segundas-feiras, a Coordenação também encaminha o Destaque da mídia de fim de semana, com os principais resumos dos jornais de sábado e domingo.

6- Resultado das Comissões – Apuração final, diária, do resultado da cobertura das comissões, com destaque para o que foi discutido e o encaminhamento que teve a matéria (se foi aprovada ou não).

7- Banco de Dados – Pastas com coletânea de informações. Mais completo que os subsídios (que são mais temporais). Eventualmente o resultado dos subsídios, depois, passa a fazer parte do Banco de Dados.

8- Banco de Fontes – Lista de contatos gerais, como de áreas estratégicas da Casa, assessores de imprensa dos parlamentares e também de órgãos e pessoas fora da instituição, como organizações de classes. Sabe-se que este produto é pouco utilizado por ter problemas de atualização.

A Coordenação mantinha ainda um produto chamado de Banco de Recusas, uma espécie de registro das vezes em que os parlamentares eram procurados para dar entrevistas, mas não aceitavam. Uma forma da Secom, por meio da Coordenação e dos veículos, respaldar-se em caso de reclamos de algum deputado. O produto acabou extinto porque, segundo a coordenadora, os próprios veículos alegam não ter tempo para preenchê-lo.

Trabalho de Pós-Graduação da jornalista Fernanda Pimentel¹¹, mensurou a utilidade dos produtos desenvolvidos pela Coordenação de Jornalismo, tomando por base a opinião do grupo Comunicação Urgente¹².

¹¹ Trabalho da jornalista Fernanda Pimentel apresentado durante o curso de MBA em Comunicação Estratégica do Instituto Científico de Ensino Superior e Pesquisa (Unicesp). Não publicado. 2006. Fernanda exerce o cargo de produtora na Coordenação de Jornalismo há 1 ano e meio. De 2000 a 2005, foi responsável pela produção da Agência Câmara.

¹² Ver mais sobre o grupo Comunicação Urgente em Rotina de Processos (p. 30).

A pesquisa constatou que a maioria dos que responderam (40% do total), considerou como muito útil: o Mapa de Reportagem (68%); a Agenda da Semana (67%); os Subsídios (62%); o Mapa de Flash (53%); e ainda os e-mails da Coordenação (48%).

O produto Destaques da Mídia (1ª e 2ª edições e mais a edição de fim de semana) foi considerado como útil. Já os Bancos de Dados, de Fontes e de Recusas foram considerados sem utilidade (35%, 30% e 60% respectivamente).

Perguntados ainda sobre quaisquer sugestões de mudanças nos produtos, 57% responderam não ter sugestões a fazer. Entre as sugestões levantadas, contudo, estão observações como: “que o destaque da mídia chegasse mais cedo”; “o Banco de Recusas está sendo inútil por falta de abastecimento”; melhoramento do conteúdo dos subsídios; e redução da quantidade de e-mails encaminhados diariamente pela Coordenação.

Esta é a gama variada e dinâmica de produtos desenvolvidos pela Coordenação de Jornalismo. No geral, percebemos que a maioria é de grande relevância e ajuda na otimização da comunicação interna.

VI - Avaliação do público interno

Como os atores, que interagem diretamente e são responsáveis ou co-responsáveis pelo trabalho da Coordenação de Jornalismo, avaliam o papel desenvolvido até aqui? Quais as principais críticas e preocupações quanto ao momento atual? Como vêm a evolução dos veículos de comunicação da Casa? Quais os principais problemas ou desafios enfrentados pelo respectivo veículo?

Para iniciar a avaliação sobre o desempenho do trabalho desenvolvido pela Coordenação de Jornalismo, entrevistei o diretor da Secom, William França, e a coordenadora de jornalismo, Maristela Sant’Ana, responsáveis diretos pelo trabalho.

Num segundo momento, busquei a opinião do público-alvo da Coordenação, a saber, os veículos de comunicação da Câmara. Ouvi um representante de cada veículo. Estes representantes foram escolhidos pelo fato de serem eles, e não os diretores, na maioria das vezes, os responsáveis pela interação direta com a Coordenação. São eles que, normalmente, participam das reuniões de pauta que a Coordenação realiza todas as segundas-feiras.

- Reinaldo Ferrigno – editor e coordenador de produção do Serviço Fotográfico (Sefot);
- José Aprígio Nogueira Cesarino - chefe de redação da Rádio Câmara;
- Dulcídio Siqueira Neto - coordenador do Núcleo de Jornalismo da TV Câmara;
- Patrícia Roedel - diretora da Agência Câmara;
- Malena Rodrigues - chefe de reportagem da Imprensa Escrita (Jornal e Agência).

Por tudo o que já vimos até aqui, podemos dizer que a Coordenação trabalha para os veículos e estes para o público externo. Sendo assim, como principais clientes do trabalho realizado pela Coordenação de Jornalismo, seria impossível uma avaliação sem a participação deste público específico.

Durante a entrevista, buscamos saber também sobre a realidade dos veículos e as principais dificuldades por eles enfrentadas, na opinião dos respectivos interlocutores, uma vez que essa realidade também afeta o trabalho da Coordenação.

Podemos adiantar que, além da avaliação do trabalho da Coordenação propriamente dito, conseguimos registrar ainda um retrato da situação atual dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Avaliação da coordenadora e do diretor da Secom

Segundo a coordenadora de jornalismo, Maristela Sant’Ana, avançou-se muito do ponto de vista operacional. Segundo ela, para fazer mais seria necessário um corpo de funcionários fixos e qualificados. “Precisaríamos ter uma equipe de produção forte e uma equipe ‘pensante’ forte também”.

Do ponto de vista estratégico, Maristela considera que o trabalho vai bem e que os ajustes de percepção vão sendo feitos naturalmente entre a equipe.

A maior crítica vai para o trabalho de avaliação, devido, segundo a coordenadora, à indisponibilidade de tempo, de pessoal ou mesmo de estrutura física para acompanhar o resultado final do trabalho dos veículos.

Maristela defende a criação da estrutura formal da Coordenação de Jornalismo, com um quadro fixo de funcionários. Neste ponto, encontrei divergência de opinião com o diretor da Secom.

Para William França, a Coordenação funciona porque é enxuta. Segundo ele, a Secom não teria como abrigar a criação de mais uma estrutura de cargos formalizada e esta possibilidade, pelo menos por enquanto, estaria descartada.

Para o diretor da Secom, “a Coordenação não tem que assumir mais tarefas, mas sim distribuir tarefas”. França avalia que a Coordenação, hoje, cumpre a função que se imaginou para ela: articular e coordenar.

França está satisfeito com o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Jornalismo e, pelo menos por enquanto, está sem novos planos para a área, apesar de reconhecer os problemas de volatilidade dos estagiários e de infra-estrutura física.

O diretor destaca a intenção de adotar uma política de rodízio entre os veículos para assumirem a Coordenação de Jornalismo. Segundo ele, isso ajudaria a Coordenação a ter uma visão multifacetada e prestigiaria os veículos. A atual coordenadora, por exemplo, veio do Jornal da Câmara.

Para Sant'Ana, o principal desafio da Coordenação hoje é definir suas atribuições. “Acho que tudo o mais decorre disso”, afirma. Maristela disse ainda que tentou provocar esta discussão com diretores e editores, “mas a loucura do final do ano não permitiu”. Segundo ela, já estaria acordado com o diretor da Secom que, logo no início de fevereiro, tratariam da questão, “para passar algo mais estruturado para o próximo coordenador - se é que a coordenação continuará a existir”, conclui.

Avaliação dos representantes dos veículos

1) Serviço Fotográfico (Sefot)

Nome: Reinaldo Ferrigno

Função: Produção dos fotografos e edição de fotos para o Jornal e a Agência Câmara

Tempo de Secom: um ano (desde 2005). Cargo de Natureza Especial (CNE).

Sobre o veículo

O registro histórico documental (a fotografia) sempre existiu na Câmara dos Deputados. Contudo, o Serviço Fotográfico, da forma como está hoje estruturado, existe desde 1998.

Principais problemas/desafios do Sefot

Queixa-se da desvalorização da fotografia enquanto meio de comunicação, mas acredita ser este um problema cultural (não responsabiliza a Coordenação por isso).

Exemplifica com o fato de o fotógrafo sair dissociado do repórter para cumprir as pautas, o que indica pouca parceria entre ambos e impede uma maior sintonia do trabalho.

Aponta como principais problemas e desafios:

- Fazer o Sefot ser reconhecido enquanto veículo principal e não acessório
- Atuar de forma mais integrada com o repórter – estabelecer maior parceria
- Melhorar o software de arquivo

Sobre a Coordenação

Ressalta a importância do papel da Coordenação e elogia, especificamente, o trabalho da atual coordenadora que, segundo ele, tem boa capacidade de articulação e de dar retorno às demandas. Destaca ainda a imprevisibilidade de uma Casa política. Diz que isso atrapalha a organização das coberturas.

É favorável à formalização da Coordenação. Acha a estrutura física de suas instalações precária, ressaltando inclusive a dificuldade de se acomodar todo mundo nos dias de reuniões, mas acha boa a estrutura de pessoal. Para ele, as reuniões são suficientes e produtivas e os produtos também são bons e suficientes.

Quanto à hierarquia

A Coordenação, segundo ele, manda de fato, mas não manda de direito. “Hoje”, explica, “se os representantes ou diretores dos veículos não concordam com o procedimento, acabam passando por cima e falando direto com o William (diretor da Secom)”. Para ele, a Coordenação deveria ter mais autonomia – uma autonomia delimitada e explicitada para todos. Na opinião da maioria, a Coordenação apenas interage com os veículos, não tem poder de decisão. “Eles aceitam até quando é conveniente, quando não é, passam por cima”.

Quanto ao Planejamento Estratégico

Acha o Planejamento Estratégico positivo e afirma que o que está por trás desse Planejamento é a independência da Secom, a independência do jornalismo da Câmara dos Deputados (quanto às intervenções políticas).

2) Rádio Câmara

Nome: José Aprígio Nogueira Cesarino

Função: Chefe de redação

Tempo de Secom: 8 anos e meio (desde 1998). Funcionário efetivo.

Sobre o veículo

A Rádio foi criada em 1998, funcionando em caráter experimental. Foi inaugurada oficialmente em janeiro de 1999. Antes de sua criação, só existia o programa Voz do Brasil. Quando a Rádio foi criada, ela absorveu a Voz. Na época, havia muitos jornalistas terceirizados. Segundo Aprígio, houve um crescimento natural do veículo, tanto dos

programas, quanto das equipes, que passou a ter mais profissionais concursados. A qualidade do trabalho também melhorou.

A Rádio Câmara é sintonizada em Frequência Modulada (FM- 96.9 MHz), com alcance somente na região de Brasília e entorno. Contudo, pode ser captada ainda via satélite, para quem tem antena parabólica, e pela Internet, um dos mais importantes canais disseminadores da rádio, por onde é possível baixar, gratuitamente, os programas e as notícias. Hoje, a Rádio Câmara tem 783 rádios cadastradas em todo o País, que, de alguma forma, usam o material produzido por ela.

Além do noticiário, a Rádio Câmara também tem programação cultural e de utilidade pública, campanhas (a chamada comunicação cidadã) e até radionovelas, que ajudam a traduzir para o cidadão comum temas complexos como o Estatuto da Cidade, o papel do Legislativo, entre outros já abordados.

Audiência

Não conseguem medir a audiência. Não têm pesquisas, nem dados exatos. Medem pelos contatos via e-mail e pelo número de rádios cadastradas. Outra fonte utilizada é o acesso à página da Rádio no site da Câmara, que recebe mais de 18.500 visitantes/mês.¹³

Principais problemas/desafios da Rádio

Hoje, segundo Aprígio, a Rádio Câmara trabalha no limite de sua capacidade de estrutura e de pessoal. Tem 3 estúdios, o que ele considera pouco nos momentos de maior movimentação das gravações. Alerta ainda para a necessidade de pessoal em áreas específicas, como, por exemplo, um coordenador exclusivo de programação.

Apesar de concordar que, para o usuário final, o resultado é positivo, queixa-se, sobretudo, da divisão de tarefas com a Agência que, segundo ele, sobrecarrega os repórteres da Rádio. Aprígio explica que os repórteres são obrigados a realizar a cobertura e produzir material para dois veículos diferentes.

Resume assim os principais problemas/desafios:

- Compartilhamento de equipe com a Agência – que sobrecarrega repórteres da rádio
- Melhorar a estrutura – número de estúdios

Sobre a Coordenação

¹³ Segundo dados da Agência Câmara, os usuários ficam em média 10 minutos no site e são responsáveis por 37 mil *downloads* de arquivos, mensalmente.

Lembra que, quando a Coordenação foi criada, houve uma certa resistência, mas acredita que hoje o trabalho está muito bom. Segundo ele, antes da Coordenação havia um completo isolamento dos veículos, nenhum sabia o que o outro estava fazendo. Cada um com entendimentos institucionais diferentes, dando tratamentos diferenciados aos mesmos assuntos. “A Coordenação veio unificar o discurso e ajudar na otimização das pautas”.

Destaca ainda que ela coordena, mas não tem poder para impor a pauta, o que ele acha positivo.

“A Coordenação faz a articulação geral. Antes, se era cancelada uma pauta, a gente nem ficava sabendo. A Coordenação otimizou muito o trabalho dos veículos.”.

Cita como exemplo a política atual de contato com a Secretaria Geral da Mesa para tirar qualquer dúvida. Antes, todos os veículos ligavam, muitas vezes, para perguntar a mesma coisa. Hoje, os veículos evitam isso, centralizando o trabalho na Coordenação que depois repassa a orientação a todos. A Coordenação intermedeia, inclusive, qualquer disputa ou embate entre os veículos.

Aprígio é a favor da formalização da estrutura, para que ela possa ter seu próprio quadro de pessoal, mas acredita que, hoje, mesmo ela não sendo formalizada, é difícil desfazer o trabalho que já foi construído.

Quanto à hierarquia

É contra a hierarquia da Coordenação sobre os veículos. Acredita que as pautas devem sempre ser negociadas.

Quanto ao Planejamento Estratégico

A idéia é oficializar a missão dos veículos, principalmente, para evitar mudanças administrativas bruscas. Para ele, os veículos são da instituição Câmara dos Deputados (não dos parlamentares). O planejamento almeja ir além da estrutura e tratar de assuntos, por exemplo, como seria feita a escolha do diretor da Secom, com propostas de lista tríplice e eleição.

3) TV Câmara

Nome: Dulcídio Siqueira Neto

Função: Chefe de redação – Coordenador do Núcleo de Jornalismo da TV Câmara

Tempo de Secom: dois anos (desde 2004). Funcionário efetivo.

Sobre o veículo

A TV Câmara funciona desde 1998 e recentemente (29/11/2006) inaugurou suas novas e modernas instalações. Cobre todo o território nacional e o sinal está disponível em rede aberta no Distrito Federal e por assinatura (parabólica, operadoras de TV a cabo ou, no Distrito Federal, em UHF). Sua programação está no ar 24 horas por dia.

Para Dulcídio, vive-se uma onda de expansão e aparelhamento das TVs públicas. Ver exemplo das TVs Legislativas.

Ressalta o trabalho feito pela TV Câmara na cobertura das eleições 2006, atuando em rede com as TVs Legislativas de todo o Brasil, dando flashes ao vivo. Acredita, contudo, que chegará um momento onde precisaremos decidir até onde ir. “Qual o tamanho que se deve dar à Secom, que hoje está com cerca de 500 funcionários, por exemplo? Este ainda é um processo em expansão, mas até onde ir?”.

Hoje, a TV Câmara desenvolve um trabalho de digitalização dos equipamentos, da captação e edição das reportagens. Um vídeo-servidor será utilizado para acesso simultâneo, a partir de vários terminais na redação, das imagens captadas por câmaras com HD (*hard disk*).

Audiência

Dulcídio explica que, na verdade, não têm como medir com exatidão.¹⁴

Principais problemas/desafios da TV

- Falta pessoal e nem sempre o pessoal que entra por concurso é preparado para o trabalho em televisão. Explica que o veículo exige características e habilidades específicas que vão do texto para áudiovisual, uso da voz, de treinamento de postura, entre outros.

- Necessidade de aquisição de um software de edição que, segundo ele, reivindicam há anos sem sucesso. Hoje, usam um feito pelo Centro de Informática da Câmara, mas que não

¹⁴ Segundo o diretor-executivo da TV Câmara, Frederico Schmidt Campos, a audiência da TV Câmara, hoje, é mensurada apenas pelo seu público potencial, os que têm parabólica ou são assinantes de TV a cabo. Segundo informa, o Brasil teria cerca de 12 a 13 milhões de antenas parabólicas. Isto representa cerca de 12 milhões de lares, que multiplicados pela média de quatro pessoas por família, dá cerca de 48 milhões de pessoas. Já o número de assinantes de TV a cabo seria de cerca de três milhões de pessoas, que vezes quatro (média familiar) dá cerca de 12 milhões de telespectadores. Somando tudo, daria um total de 60 milhões de possíveis telespectadores da TV Câmara.

É importante lembrar ainda que a chegada da TV digital traz novas perspectivas a este cenário, inserindo a TV Câmara em canal aberto. A expectativa, segundo Schmidt, é que em 2008 a TV Câmara já esteja atuando com a TV digital com base experimental no Estado de São Paulo, disponível apenas para os moradores daquele estado. Segundo ele, a preocupação maior é investir nos canais que possam transmitir, simultaneamente, as várias comissões e atividades da Casa.

atende às necessidades. É parte do problema da agilidade necessária a uma TV frente aos sistemas de compras e licitações da Câmara.

- Decifrar melhor como uma televisão, que é uma administração cara e complexa, se encaixa na burocracia da Casa. “Coisas como compra de material, por exemplo, que precisam de agilidade, se perdem na burocracia.”.

Sobre a Coordenação

“Você tem na Câmara dos Deputados três áreas de comunicação e 4 veículos trabalhando sobre o mesmo material, ou seja, o mesmo material de fonte está disponível para todos os veículos, por isso é importante articular a cobertura, orientando e dando suporte, principalmente nos dias de maior sufoco”. Para ele, o papel da Coordenação é o de orientar (e não impor) e articular, sem interferir na autonomia do veículo. A Coordenação também faz a ponte com a direção da Secom, para que estejam integrados, em sintonia.

“Você pode perceber ainda mais a importância do trabalho da Coordenação nas semanas de baixa, com pouca atividade na Casa, aí mesmo que é necessário articular e criar pautas diferentes para cada veículo. É claro que na semana de alta movimentação também é importante, mas talvez na semana de baixa seja mais.”.

Alerta que alguns produtos deveriam ser melhorados, como o Banco de Fontes, que precisa de atualização. Lembra também que nas reuniões semanais, da Coordenação com representantes dos veículos, existia uma avaliação qualitativa que, segundo ele, acabou extinta. “Era um processo demorado, uma vez que eram análises específicas que, muitas vezes, interessavam somente a um veículo determinado e todos os outros acabavam participando do processo. Esse tipo de avaliação acabou, mas não foi substituído por outro, que poderia ser por amostragem, por exemplo.”.

“Seria importante formalizar a estrutura, com toda a sua equipe, e não apenas o papel do coordenador. Mas, mesmo sem a formalização, a cultura do trabalho da Coordenação (de integração dos veículos) está se criando”.

Quanto à hierarquia

Acredita que a Coordenação não pode “mandar” nos veículos. Para ele, o veículo deve ter, ao final, autonomia, “pois sabe melhor que a Coordenação a realidade do seu dia-a-dia - se faltou gente, se atrasou matéria, etc.”.

Lembra que o veículo tem características próprias. “Ao contrário da Agência, por exemplo, que vai lá, escreve o texto e publica, sem delimitação de espaço. Os processos da

TV, além de serem mais complexos (tem que ter cinegrafista, tem que cobrir na hora que acontece - senão perde a imagem, tem que ter passagem do repórter, tem que editar, etc.), ainda têm espaços delimitados de tempo de telejornais.”.

Para Dulcídio, a autonomia dos veículos significa maior independência de alguma tentativa de controle político, por parte da diretoria da Secom. A questão, nesse ponto, é que a diretoria é um cargo de confiança da presidência. Se, em alguns momentos, pode existir uma diretoria da Secom que tem uma relação com os veículos em que a autonomia editorial é respeitada, em outros momentos isso pode não ser verdade.

Quanto ao Planejamento Estratégico

Considera importante para respaldo da Secom. Cita a situação ocorrida no Plenário da Casa, entre o então presidente, Severino Cavalcanti (PP/PE) e o deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como exemplo de interferência que deve ser evitada.

“Na ocasião, a assessoria do presidente não queria que o trecho mais contundente da fala do deputado Gabeira em plenário fosse divulgada. Mas o fato de já ter sido exibida em plenário, ao vivo, acabou impedindo que existisse um cerceamento dessa informação.”.

Para ele, o Planejamento pode ajudar a legitimar as ações dos veículos em situações como essas.

4) Agência Câmara

Nome: Patrícia Roedel

Função: Diretora da Agência Câmara

Tempo de Secom: oito anos e meio (desde 1998). Funcionária efetiva.

Sobre o veículo

Patrícia participou do processo de criação da Agência (2000) e lá trabalha desde a sua fundação. Há dois anos exerce o cargo de diretora. Lembra que, com a criação da Agência, quando esta passou a receber as notícias que os veículos decidiam cobrir, ficou clara a falta de sintonia entre eles. Contudo, como a Agência não tinha nenhuma ingerência sobre os veículos, ficou cada vez mais latente a necessidade de criação de um órgão articulador.

Destaca o papel da Agência hoje, como o veículo da Casa que mais pauta a imprensa externa. Apesar da Agência, geralmente, sair na frente quanto à divulgação dos eventos que

acontecem na Casa, Roedel ressalta que o mais importante não é o “furo” jornalístico, mas a exatidão das informações divulgadas.

Patrícia apóia a filosofia de que os repórteres de todos os veículos devam interagir. Não é a favor de que cada um tenha uma equipe própria. Acredita que seria “um desperdício de dinheiro público se cada um tivesse uma equipe exclusiva”, calculando que seriam necessários de 20 a 30 repórteres para cada veículo da Casa.

Audiência

Segundo a diretora, a Agência recebe cerca de 11 mil visitas/dia e distribui cerca de 9 mil boletins eletrônicos (enviados diariamente, mediante cadastro prévio, com a possibilidade de escolha, dentre 29 temas, apenas daqueles que são de seu interesse). Vale observar que essa *newsletter*, enviada pela Agência, não é divulgada. Só tem possibilidade de cadastrar-se para recebimento aquele que entra no site da Agência.

Principais problemas/desafios da Agência

A falta de recursos técnicos é apontada, pela diretora da Agência, como um grande empecilho para o aprimoramento do trabalho. “A Agência Câmara é o único dos veículos da Secom que não conta com um corpo funcional na área técnica da divulgação da notícia — no nosso caso, *webdesigners* e técnicos de informática capazes de elaborar mudanças em nosso *site*”. Ainda segundo ela, hoje, a Agência estaria muito aquém, em termos de recursos técnicos, das agências privadas, não podendo usar recursos gráficos, tabelas, infográficos, animações, áudio e vídeo em suas notícias. “O aplicativo de inserção das notícias ainda demanda a utilização de linguagem “html” (*Hyper Text Markup Language*, que significa linguagem de marcação de hipertexto, linguagem utilizada para produzir páginas na Web), o que atrasa o trabalho dos editores.”.

Sobre a Coordenação

Lembra que foi uma das idealizadoras do papel da Coordenação¹⁵. Que, antes da criação do órgão, os diretores tinham autonomia sem nenhuma diretriz.

Avalia que a Coordenação cumpre parcialmente o papel que se imaginou pra ela. Neste sentido, destaca como principais empecilhos a infra-estrutura física e de pessoal. Novamente vem à baila o problema dos estagiários que, para Roedel, têm uma atuação

¹⁵ Ver A Coordenação de Jornalismo – Histórico (p. 25)

limitada. “Primeiro porque você não pode pôr estagiários para coordenar o trabalho de profissionais contratados (concursados) e, segundo, porque quando eles começam a aprender mais sobre os processos legislativos a equipe é trocada e você precisa começar o treinamento todo outra vez”.

A outra crítica vai para o trabalho de avaliação. Segundo Roedel, a Coordenação não tem como medir esse resultado, principalmente em relação à Rádio e à TV, do produto final, “por falta de pessoal capaz de fazer essa avaliação”.

Quanto aos processos da Coordenação, mostra-se insatisfeita com a quantidade de e-mails repassados diariamente. Acredita que muitos deles não têm a relevância necessária, por isso mesmo, muitas vezes, acaba não lendo tudo o que é enviado, correndo o risco de deixar passar assuntos importantes.

Avalia os produtos como muito relevantes, mas acha que podem ser aprimorados. Cita como exemplo o Mapa de Flashes que, segundo ela, acaba desatualizado porque a Coordenação não consegue acompanhar a evolução de todos os acontecimentos, justamente pela falta de pessoal. Explica ainda que a idéia não é aumentar o número de pessoas que hoje trabalham na Coordenação (nove no total), mas que existe a necessidade de mudar o perfil: “Ter menos estagiários e mais gente qualificada para trabalhar”.

Quanto à hierarquia

Para Roedel, os veículos devem manter sua autonomia. “Negociamos, discutimos, mas não faz sentido ter diretores de veículos se eles não puderem dirigir”. Acredita que o grande conflito hoje é justamente quando chega a hora da Coordenação cobrar o que ficou acordado, caso isso dê errado. Nesse caso, Patrícia acredita que, uma vez que a Coordenação conta com o respaldo do diretor da Secom, ela deveria informar que a orientação dada não foi seguida e caberá, segundo ela, ao diretor do veículo que arcou com a decisão assumir o ônus ou o bônus de ter contrariado uma recomendação da Coordenação.

Patrícia também é favorável à formalização da estrutura da Coordenação.

Sobre o Planejamento Estratégico

Para ela o resultado mais importante é haver unidade de pensamento sobre o que é comunicação pública e qual o papel da Secom. “Salvaguardar que nos permitam fazer comunicação pública. Trabalhar para o público, e não para o deputado”. Roedel destaca ainda a necessidade de se instituir um código de ética para os veículos da Casa, função até aqui

coberta pelo Manual, mas que, de fato, a proposta é diferente, além de instituir também as diretrizes e premissas de cada veículo.

5) Jornal da Câmara

Nome: Malena Rehbein Rodrigues

Função: Chefe de reportagem da Imprensa Escrita (Agência e Jornal – desde 2006)

Tempo de Secom: oito anos (desde 1998). Funcionária efetiva.

Sobre o veículo

Explica que tudo começou em 98 (ano em que foi criada a maioria dos veículos de comunicação da CD). Antes disso, o Jornal era mais um *house organ* (um boletim informativo da Casa).

O Jornal tem foco nos debates e discursos do plenário. Junto com a Voz do Brasil (da Rádio), é o único veículo que cobre os discursos parlamentares.

Ressalta que cada veículo tem um papel diferente. “A Agência serve mais como fonte para outros veículos; a Rádio e a TV alcançam mais o público externo, enquanto o Jornal serve mais aos parlamentares”.

Malena destaca que muitos deputados levam o Jornal para as bases eleitorais como forma de prestação de contas e divulgação das ações do seu mandato.

O Jornal, até por ser o veículo mais antigo (pensando na existência do boletim) é um dos mais visados pelos parlamentares, que cobram presença nas edições.

Audiência

O Jornal tem tiragem fixa, 10 mil exemplares/dia.

Principais problemas/desafios do Jornal

- Redefinição de sua identidade (Serve para quem? Que tipo de discurso divulgar?)
- Redefinir sua periodicidade (passar de diário para semanal, ampliar e melhorar texto).

Sobre a Coordenação

Lembra que 2003, quando a Coordenação foi criada, foi um ano de redesenho da Secom e suas funções (Malena Rodrigues e a própria Maristela Sant’Ana, atual

Coordenadora, participaram deste processo). Lembra ainda que, inicialmente, a Coordenação não foi aceita pelos veículos os quais, segundo Malena, sentiram-se “invadidos” em suas competências.

Para ela, a Coordenação ainda está se consolidando, ainda carece de pessoal e estrutura. “Hoje, já consolidamos uma dependência dessa central de pauta e produção. Ela poupa trabalho aos veículos.”

Critica, contudo, o trabalho que fica a cargo dos estagiários (repetindo algumas das críticas feitas pelos demais).

Ressalta ainda que a Coordenação se transformou em uma voz do secretário. “Mas quando é ele que realmente fala?”, questiona.

Acredita que produtos como os Subsídios poderiam ser melhorados, mas destaca a falta de material humano como empecilho.

Considera essencial a formalização da estrutura

Quanto à hierarquia

Para Malena, a Coordenação é uma instância de integração, mas defende a autonomia dos veículos. Segundo ela, a Coordenação faz sugestões. Lembra que ela foi concebida para estar no mesmo nível hierárquico dos veículos e que seu produto básico é a integração.

Sobre o Planejamento Estratégico

Vê como uma forma de consolidar a Secom, para que esta sobreviva às nuances políticas da Casa.

VII – Percepção dos parlamentares

Ainda como parte da avaliação do trabalho da Coordenação de Jornalismo, procuramos ouvir a opinião dos deputados e deputadas federais, principais atores políticos da Casa, a respeito da percepção de eficiência ou ineficiência quanto à cobertura das atividades parlamentares, feita pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.

De início, pudemos perceber, com base em experiência própria e em alguns contatos feitos com os gabinetes, que os parlamentares desconhecem a existência da estrutura “Coordenação de Jornalismo”. Ressalto ainda que a pesquisa não teve o objetivo de saber se os parlamentares conhecem ou não a estrutura ou a função do órgão, mas sim, saber da sua satisfação quanto ao resultado do trabalho por ela, indiretamente, desenvolvido.

Neste sentido, fiz, via *e-mail*, uma consulta aos 513 parlamentares¹⁶ com a seguinte pergunta: “Em sua opinião, o trabalho de cobertura jornalística das atividades parlamentares (a cargo da Coordenação de Jornalismo) realizado na Câmara dos Deputados é: Eficiente ou Ineficiente? Justifique sua resposta”.

Para garantir ainda uma maior isenção e sinceridade no retorno do parlamentar me comprometi em salvaguardar nomes e fazer apenas a compilação geral dos resultados.

Quarenta (40) parlamentares responderam, o que representa 7,79 % do total. Antes da avaliação do resultado, gostaria de analisar o que considero o baixo retorno de respostas obtidas.

A consulta foi feita em dois momentos distintos: o primeiro momento foi em final de setembro, antes, portanto, do primeiro turno das eleições 2006. A Casa já vivia uma baixa de frequência parlamentar, mas, mesmo assim, temia que, posterior às eleições, os resultados pudessem ser ainda menores ou mesmo afetados pelo impacto da derrota ou vitória eleitoral.

Justamente pelos motivos apresentados acima, optamos pela realização da consulta por meio eletrônico. Não havia tempo a perder.

Contudo, como na primeira bateria considerei baixo o número de respostas e muitos e-mails haviam voltado, acusando que a caixa postal do parlamentar estaria cheia, após as eleições, no intervalo do primeiro para o segundo turno, decidi refazer a pesquisa, sem maiores resultados. Tudo leva a crer que o momento ainda era de “ressaca” eleitoral, como se

¹⁶ Alguns e-mails voltaram, acusando que a caixa postal do parlamentar estava cheia.

costuma dizer por aqui, e, por isso mesmo, não consegui alcançar meu objetivo inicial, que era conseguir um mínimo de 10% de retorno.

De todo o feito, considero importante e enriquecedor, para o trabalho ora realizado, registrar a opinião desses quarenta deputados e deputadas federais. Vamos aos dados:

Dos 40 registros, 32 (80%) consideraram a cobertura jornalística das atividades parlamentares eficiente, contra seis (15%) que consideraram ineficiente.

Tivemos ainda dois parlamentares que fizeram considerações, mas não classificaram suas respostas nem como eficiente ou ineficiente. Os comentários desses parlamentares foram os seguintes:

- 1- “Razoável”
- 2- “Não tenho dúvidas sobre a eficiência, no sentido de sua amplitude. Porém, precisa melhorar a eficiência no sentido dos temas (mérito). Às vezes o (a) responsável pela cobertura não conhece a matéria.”.

Além dos registros já descritos acima, outros nove parlamentares justificaram suas respostas ou fizeram comentários (um total de 11 registros). Seguem abaixo as justificativas e comentários.

Justificativas

Eficiente

- “Tem demonstrado imparcialidade política e bastante informativa”.
- “Presença e formulação correta”.
- “Como Relator de uma CPMI, pude verificar o acompanhamento competente de todas as atividades, valendo-me mesmo, dos próprios dados produzidos pelos jornalistas.”.
- “É eficiente porque atende perfeitamente a divulgação das atividades parlamentares, concedendo-nos espaço nos meios da Casa.”.
- “As principais atividades realizadas são divulgadas e há uma participação democrática de parlamentares em entrevistas ou programas da grade fixa da rádio e TV Câmara.”.
- “A coordenação de jornalismo consegue cobrir a atividade dos 513 parlamentares de forma equilibrada e profissional.”.

Ineficiente

- “O jornal da Câmara reforça as notícias já discutidas e apresentadas nos jornais televisivos. Há muitos projetos de relevância e discussões menos polêmicas nas Comissões que poderiam ter destaque a partir do Jornal impresso.”.

Comentários

- “Eficientíssimo”
- “Só lamento que a Rádio Câmara, a TV Câmara e o Jornal da Câmara tenham público ouvinte, espectador e leitor tão restritos”.

Apesar do índice pequeno de retorno e menor ainda de justificativas, atrevo-me a dizer que a maioria dos parlamentares reconhece e valoriza o trabalho dos veículos de comunicação da Casa e que o retorno de 80% de apreciação positiva é uma tendência possível de generalização. Prova disso, foi o investimento recente feito para a inauguração dos novos estúdios da TV Câmara, que custaram mais de 2 milhões de reais e não seriam possíveis sem a anuência dos deputados e deputadas federais.

Contudo, e potencialmente em período eleitoral, as atenções dos parlamentares, principalmente a maioria que não é conhecida nacionalmente, estão voltadas para a mídia do Estado. Neste sentido, ressalto ainda a fragilidade do alcance dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados e mesmo da falta de pesquisas de audiência que tornem possível essa mensuração como empecilho para uma maior valorização destes canais por parte dos deputados.

Baseada em *feed-backs*, provenientes de inúmeras fontes, creio que a audiência dos veículos cresce, principalmente entre os formadores de opinião, mas ainda não tem um maior alcance popular, apesar de este ser um caminho irreversível, principalmente com a chegada da TV digital.

VIII – O papel da comunicação na CD – desafios da comunicação pública

Até aqui, tendo o trabalho da Coordenação de Jornalismo como foco central, vimos como os veículos de comunicação da Câmara dos Deputados apareceram, cresceram e o estágio atual em que se encontram. Contudo, para entender melhor o seu papel e os desafios que estão postos para a liderança deste trabalho, não poderíamos deixar de falar sobre um conceito fundamental para este cenário, que é o conceito de comunicação pública.

Na verdade, na instituição Câmara dos Deputados, trabalhamos, principalmente, com três focos distintos de comunicação: a comunicação política, a comunicação institucional e a comunicação pública.

Se levarmos em conta o conceito de comunicação política como sendo o conjunto de mensagens que circulam dentro de um sistema político (BOBBIO, 1983), podemos dizer, sem medo de errar, que toda a comunicação produzida na Câmara dos Deputados é eminentemente de natureza política.

Em seu Dicionário de Política, Norberto Bobbio lembra ainda que “a comunicação política está implícita em toda a forma de contato humano” (1983. Verbetes Comunicação Política), logo, cada um de nós pode ser considerado agente deste tipo de comunicação.

Entretanto, apesar de muitas vezes estarem separados apenas por uma linha tênue e até mesmo, com frequência, poderem se misturar, estes três conceitos possuem distinções próprias que os diferenciam.

Podemos dizer que a comunicação institucional, feita pelas áreas de relações públicas e/ou assessoria de imprensa da instituição não é a matéria-prima da comunicação feita pelos veículos da Casa, que por sua vez cobrem as notícias referentes ao Legislativo como um todo, sejam elas boas ou más. Ao contrário, a comunicação institucional tem como matéria-prima do seu trabalho responder e zelar pela imagem da instituição.

Em seu livro *La Communication Publique*, Pierre Zémor explica que a comunicação institucional tem por objetivo “esclarecer as atribuições da instituição, afirmar sua identidade e sua imagem, prestar contas do conjunto de suas atividades e, mais geralmente, acompanhar a política da instituição” (ZÉMOR, 1995, p.11).

Já a comunicação produzida pelos veículos da Casa, apesar de também servirem de instrumento para esclarecer as atribuições da instituição e de prestação de contas de suas atividades, tem como compromisso central a verdade e a transparência dos fatos de interesse público.

Tampouco a comunicação política, mais afeita às assessorias de imprensa dos parlamentares, tem como preocupação central a defesa da instituição ou mesmo a transparência e o interesse público.

Contudo, quando um parlamentar concede uma entrevista à TV Câmara sobre um projeto de sua autoria, nada impede que ele divulgue e promova seu trabalho (comunicação política), ao mesmo tempo em que os veículos façam o seu papel de levar informações relevantes aos cidadãos sobre assuntos de interesse público (comunicação pública).

Como o foco deste trabalho é a missão da Coordenação de Jornalismo, que por sua vez tem o papel de orientar, pautar e liderar o trabalho de cobertura jornalística dos veículos de comunicação da Casa, o conceito que exploramos neste capítulo é o de comunicação pública.

Mas, afinal, o que é comunicação pública? A resposta a essa pergunta sempre vem rápida: comunicação pública é aquela que está a serviço do público, neste caso, cidadão é a palavra mais apropriada. Contudo, se você perguntar a qualquer repórter da grande imprensa, ele também responderá que trabalha tendo como fim informar o cidadão. Mas, o que realmente diferencia, ou deveria diferenciar, a comunicação feita pelos veículos da Câmara dos Deputados?

Para Zémor, o domínio da comunicação pública se define pela legitimidade do interesse geral. Logo, o campo da comunicação pública é o espaço público, um campo, por definição, aberto a todos. Por isso, transparência e acesso à informação passam a ser condições fundamentais para o exercício da comunicação pública.

A natureza da mensagem oriunda da comunicação pública, contudo, geralmente é complexa, de difícil compreensão para o público em geral. Um bom exemplo disso são os processos legislativos. Explicar ao cidadão comum como funciona a tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional, por exemplo, não é tarefa das mais simples. Sendo assim, não podemos falar de acesso à informação se esta não for palatável, transformada de forma a se tornar acessível ao leitor ao qual se destina.

Outra condição importante é a informação como instrumento de promoção da cidadania. Informar o cidadão sobre seus direitos e encorajá-lo a tomar atitudes. Ainda para Zémor, não existe comunicação se o receptor não é ativo, o que transformaria a comunicação

pública em comunicação de massa, onde a informação só trafega em um único sentido, do emissor para o receptor, sem que haja um movimento no sentido contrário.

Em resumo, Pierre Zémor define da seguinte forma as funções da comunicação pública:

“Se as finalidades da Comunicação Pública não devem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas, suas funções são de: a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social.” (ZÉMOR, 1995, p.1).

Apesar da história recente de criação e crescimento dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados e mesmo a despeito de esta ser uma temática em constante desenvolvimento, isto é, longe de estar acabada, podemos dizer que a consciência do papel da comunicação pública está disseminada entre os principais agentes responsáveis, entrevistados para os fins deste trabalho.

Em um trecho do Manual de Webjornalismo na Agência Câmara, a atual diretora da Agência, Patrícia Roedel, fala da importância de se estabelecer um processo de mão dupla com o cidadão, como forma de incentivar um receptor ativo e participante do processo.

“Um aspecto que diferencia a Agência Câmara de um veículo de comunicação de massa é exatamente a busca de uma atividade mais comunicacional que informacional. O incentivo ao *feedback* é essencial tanto para eficácia do que se entende como comunicação pública como para dissipar a chamada disfunção narcotizante”. (ROEDEL, 2005, p.1)

Neste sentido, uma das ações concretas adotadas pela Agência foi a divulgação, passo a passo, das novas propostas que surgem na Casa, a fim de que os interessados pudessem ter a oportunidade de se manifestar a respeito antes de o projeto ser efetivamente aprovado. Fazer seu lobby legítimo antes do “fato consumado”.

Segundo Roedel, o objetivo não é zelar pela imagem da instituição, mas conseguir maior abrangência da pauta e maior profundidade nas matérias.

Para José Aprígio, chefe de redação da Rádio Câmara, a comunicação pública deve poder falar de tudo, ser o mais transparente possível, mas sem fazer julgamento de valor ou ser opinativa. “Simplesmente retratar o que acontece, mostrar na instituição, inclusive o que é ruim (sem partidarismo ou particularismo)”.

Na opinião do coordenador do Núcleo de Jornalismo da TV Câmara, Dulcídio Siqueira Neto, “os veículos de comunicação da Câmara dos Deputados não podem servir a interesses particulares, nem de um deputado, nem de um grupo de deputados.”. Dulcídio

acredita que o que difere os veículos da Câmara dos da mídia em geral, por exemplo, é a cobertura das comissões, “coisa que não interessa à grande imprensa”. Para ele, não é papel dos veículos ir atrás da “manchete fácil”, mas sim, procurar aprofundar o debate. “Não é nosso papel correr atrás da audiência da mesma forma que as TVs comerciais o fazem.”.

Já para a chefe de reportagem da Imprensa Escrita (Agência e Jornal), Malena Rodrigues, a missão é “informar para a cidadania”. “Informar com clareza, transparência, de forma apartidária, com o maior leque possível de informações. Criar canais de participação e avaliação” destaca. Para ela o objetivo é conseguir oferecer a maior cobertura possível, “sabendo, contudo, que é impossível cobrir tudo o que acontece na Casa”. Diz ainda que é preciso separar o Poder Legislativo do que acontece em um determinado momento político. “É importante trazer o processo legislativo para perto do cidadão. Torná-lo familiar”. Lembrando da teoria do agendamento (*Agenda Setting*), Malena afirma que: “quanto mais informações você tem, menos influenciável você fica”.

Quanto à onda de “denuncismos” e a cobertura que a mídia tem feito da Câmara, afirma que o papel dos veículos não pode ser o de especular. “Não podemos alimentar fofocas, precisamos dar os fatos”.

A própria Coordenadora de Jornalismo, Maristela Sant’Ana, procura sempre esclarecer que o foco do trabalho não são os deputados, mas as atividades legislativas.

Com a pesquisa, pude perceber que o discurso entre a Coordenação e os veículos está afinado e, mais importante, não tem ficado apenas na teoria.

Apesar de estar sujeita a constantes pressões e oscilações políticas, como não poderia deixar de ser em uma Casa desta natureza, e o fato de isso, eventualmente, trazer algumas dificuldades à Coordenação e aos veículos, percebemos a existência de um sentimento consolidado em prol da transparência e da imparcialidade, reconhecida inclusive por alguns parlamentares que responderam ao questionário.

Prova disso, foi a divulgação de cenas como a discussão em plenário do ex-presidente da Casa, deputado Severino Cavalcante (PP/PE), com o deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como já citado anteriormente, ou mesmo a imagem da ex-deputada Angela Guadagnin (PT/SP), dançando no plenário da Câmara em comemoração à absolvição de um parlamentar anteriormente condenado pelo Conselho de Ética. Mesmo contra as pressões políticas as cenas foram tornadas públicas, deixando a critério do cidadão formar sua opinião a respeito.

É sabido, entretanto, que, uma vez que lidamos com seres humanos, a imparcialidade total não existe. Cada um tem sua opinião e preferências, mas até onde pudemos observar isso não tem interferido na ética do bom jornalismo. Afinal, como bem lembrou Dulcídio (TV

Câmara), a comunicação no Legislativo é mais complexa, uma vez que precisa estar de portas abertas tanto para a situação, quanto para a oposição. Diferentemente do Executivo, onde todos remam para um mesmo lado.

Sobre a evolução e o esforço de fazer comunicação pública de qualidade a partir da Câmara dos Deputados, é possível afirmar que muito do crédito e da maturidade do trabalho hoje realizado se deve à criação da Coordenação de Jornalismo. Além de ter ajudado a integrar os veículos e criar uma linha editorial que passou a nortear os trabalhos, também evitou que diretores e/ou responsáveis diretos pela TV, Rádio, Agência ou Jornal da Câmara agissem de forma independente, por conta própria, o que poderia dar margem a clientelismos e relações pessoais com os parlamentares.

Por outro lado, este é um desafio constante e o trabalho está longe de estar acabado. Podemos citar como um dos principais desafios o que Zémor classifica como “ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público”. Hoje, a audiência real dos veículos é desconhecida, sendo somente estimada¹⁷.

Mesmo com estruturas modernas e fazendo um trabalho que tem sido considerado positivo, pouco se sabe sobre para quantos e para quem os veículos da Casa estão falando. E, ainda, minha percepção é que a participação do cidadão ainda é tímida e esporádica.

O fato de os veículos de comunicação pública não deverem competir pela audiência da mesma forma que os veículos comerciais, não quer dizer que não devem competir. Neste sentido, os veículos da Câmara ainda têm um longo caminho pela frente.

¹⁷ Ver capítulo VI – Avaliação do público interno (p. 35).

IX – Considerações finais

A criação da Coordenação de Jornalismo veio atender a uma demanda por maior integração da cobertura jornalística desenvolvida pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, com o objetivo de melhorar e dar maior eficiência à divulgação das atividades legislativas.

Não é exagero algum dizer que o trabalho da Coordenação de Jornalismo é diretamente responsável pelo crescimento da cobertura jornalística da TV, Rádio, Jornal e Agência Câmara, além da integração com o Serviço Fotográfico.

Este trabalho foi importante não apenas para melhorar a eficiência da cobertura e garantir maior profissionalismo à comunicação da instituição, mas ainda para a evolução dos serviços prestados enquanto agentes de comunicação pública.

Não menos importante, o resultado deste trabalho contribuiu sobremaneira para o fortalecimento da capacidade de reagir ao poder de agenda (*Agenda Setting*) da mídia externa. Hoje, o trabalho dos veículos da Casa, principalmente da Agência Câmara, passou a ser referência de pauta para os veículos da grande imprensa que cobrem o parlamento.

Da mesma forma, o trabalho da Coordenação de Jornalismo poupa tempo e agiliza o trabalho dos veículos, resultando assim na maior exatidão das informações divulgadas, bem como em uma maior amplitude da cobertura das atividades legislativas.

Justamente por estarem intrinsecamente ligados, não poderíamos falar do trabalho da Coordenação de Jornalismo sem falar dos veículos de comunicação da Casa, mostrando inclusive um retrato da situação atual em que se encontram.

Mesmo com as limitações ou entraves burocráticos, pelo fato de pertencerem a uma casa política, os veículos, liderados pela Coordenação de Jornalismo, estão conscientes e praticantes do seu papel enquanto agentes de comunicação pública.

Em relação à primeira pergunta, dentre as muitas feitas na introdução deste trabalho, sobre como age, ou deveria agir, o sistema de notícias da Câmara dos Deputados enquanto órgão de comunicação pública, podemos dizer que os veículos têm cumprido seu papel em dar transparência aos fatos, facilitar o acesso à informação e decodificar as mensagens para os usuários.

Além disso, podemos afirmar ainda que essa cobertura tem sido bastante abrangente e discutida com imparcialidade, no sentido de procurar sempre ouvir os dois lados da questão.

Não obstante a dificuldade de lutar contra a chamada “manchete fácil”, oriunda da grande imprensa, o público dos veículos da Câmara dos Deputados pode ver, ler, ou ouvir que existe muito mais sendo produzido nesta casa legislativa do que a mídia externa é capaz de acompanhar. O problema é saber quem é o público dos veículos da Casa?

Apesar dos avanços já comprovadamente conquistados, ainda existem falhas importantes que precisam ser corrigidas. Neste sentido, a principal deficiência ainda está no parco conhecimento do público alcançado pelos veículos e na melhoria da interação para com eles. Hoje, a Coordenação de Jornalismo não tem nenhum controle sobre o número de e-mails, telefonemas, ou outras formas de contato que os veículos recebem, nem tampouco uma catalogação de críticas e sugestões.

Como é possível competir por audiência, ou mesmo buscar ampliá-la, se não sabemos quantos são, quem são, ou o que pensam e desejam os telespectadores, leitores e ouvintes dos veículos da Casa?

Outra questão relevante é a interação com o público interno dos gabinetes parlamentares. Apesar de terem funções bastante distintas, a comunicação da Casa e as assessorias de imprensa dos parlamentares precisam-se mutuamente. Contudo, quase nada é feito no sentido de ouvir ou fidelizar este público “interno”, que só é procurado quando os veículos necessitam cumprir uma determinada pauta ou agenda de produção.

O fato de a Coordenação, ou mesmo os veículos, não trabalhar para os parlamentares, como todos fizeram questão de deixar bem claro durante as entrevistas, não significa que não possam atuar em parceria com estes. Não apenas no que lhes convém, mas também auxiliando o parlamentar em como utilizar melhor a estrutura existente, buscando maior interação com as assessorias de imprensa dos gabinetes.

Este trabalho de conhecimento mútuo tem que partir da instituição. Explicar o que é a Coordenação de Jornalismo, qual a sua missão e a missão dos veículos da Casa, falar sobre sua programação, do seu poder de alcance, de como o deputado pode e deve contribuir, critérios para a seleção de entrevistas e entrevistados, entre outras informações. Além disso, uma vez que, em suas atribuições, está posto que a Coordenação de Jornalismo deveria centralizar o recebimento de sugestão de pautas, ela precisa se fazer conhecer junto aos gabinetes parlamentares e comissões da Casa.

Apesar de ser necessário registrar que algumas ações neste sentido já aconteceram, podemos dizer que elas foram tímidas e isoladas.

Acredito que não é exagero dizer que muito poucos assessores parlamentares recorrem à Coordenação de Jornalismo para repassar uma pauta, preferindo, por exemplo, entrar diretamente em contato com o veículo no qual tiver interesse, simplesmente por desconhecer a existência ou a função do órgão.

Os créditos da Coordenação de Jornalismo não aparecem na área institucional do site da Câmara reservada à infra-estrutura administrativa/ Secom. Da mesma forma, não podem ser encontrados nos expedientes do Jornal ou da Agência, nem tampouco nos créditos da Rádio e da TV.

Quanto à avaliação do trabalho realizado pela Coordenação de Jornalismo, podemos afirmar que, quatro anos após a sua implantação, ela conseguiu alcançar seu principal objetivo que era o de integrar os veículos de comunicação da Casa e, assim, imprimir-lhes maior agilidade e eficiência. Esses resultados foram considerados satisfatórios tanto pelo público interno, com o qual a Coordenação interage, quanto pelos próprios parlamentares que consideraram eficiente a cobertura das atividades legislativas lideradas pela Coordenação de Jornalismo.

Entre as questões que estão postas para o futuro deste órgão, consideramos que a principal é garantir-lhe as devidas estruturas formal, física e de pessoal.

Como já foi explicado anteriormente, apesar de já estar legitimada junto aos veículos de comunicação e à própria Secom, formalmente, a estrutura da Coordenação de Jornalismo não existe. Apenas o cargo de coordenador foi oficialmente criado.

O espaço físico onde a Coordenação funciona também precisa ser melhorado, pois nem consegue acomodar os representantes dos veículos nos dias de reunião de pauta. Nitidamente, parece um ambiente improvisado e não faz jus à relevância do trabalho desenvolvido ali, principalmente se compararmos com as novas e modernas instalações da TV Câmara, por exemplo.

O terceiro ponto, a estrutura de pessoal, foi o mais ressaltado entre os representantes dos veículos, entrevistados neste trabalho, como sendo um dos principais empecilhos para a melhoria dos serviços prestados pela Coordenação de Jornalismo. A rotatividade dos estagiários, que formam quase a metade da equipe, bem como as atividades por eles desenvolvidas, uma vez que a responsabilidade deste grupo precisa ser limitada e supervisionada, estão inadequadas para as necessidades atuais do órgão. A própria coordenadora, Maristela Sant'Ana, afirmou se ressentir pela falta de uma equipe de produção mais forte e o que ela chamou de uma equipe “pensante” maior, atuando na Coordenação.

Para este caso específico, a sugestão, em um primeiro momento, não é a contratação de mais pessoas para a equipe, mas a readequação das funções: limitar o número de estagiários e aumentar o número de profissionais capazes de responder integralmente pela função que se fizer necessária.

Além disso, as dificuldades envolvendo a estrutura física e de pessoal, impedem a realização de outra tarefa importante da Coordenação de Jornalismo que é a avaliação de resultados. Responsável pelo trabalho, em última instância, a coordenadora de jornalismo, ou sua equipe, precisa acompanhar o resultado da produção dos veículos que vai ao ar, o chamado produto final. Ver como as matérias foram produzidas e conduzidas para o usuário final do serviço. Sem isso, não pode haver controle de qualidade.

Outro ponto a que se deve fazer referência é o fato de que as funções da Coordenação precisam estar melhor estabelecidas, pois é possível perceber que, enquanto a Coordenação acredita liderar os veículos, os veículos, por sua vez, vêem a Coordenação como uma prestadora de serviço, uma produtora de pautas.

Os representantes dos veículos, quanto à hierarquia que a Coordenação de Jornalismo deveria ter em relação a eles, são unânimes em afirmar que a Coordenação não deveria ter poder de mando sobre os veículos com os quais interage. Contudo, se ela é a responsável pelo planejamento da cobertura jornalística e pelas orientações repassadas aos veículos, orientações essas que são discutidas e tratadas diretamente com o secretário, como é possível que este comando seja rejeitado por algum veículo?

É fato que a coordenadora terá que ter habilidade para negociar pautas e questões mais polêmicas, mas a situação atual, onde ela manda de fato e não de direito, deixa o órgão em uma situação de dubiedade.

É interessante perceber que todos estão em busca de maior independência político-administrativa: os veículos em relação à Coordenação de Jornalismo e a Secom em relação às interferências parlamentares.

Finalmente, ressaltamos que a Secom acabou de produzir um valioso material, resultante de um trabalho de planejamento estratégico, que, uma vez legitimado por toda a sua equipe, deverá ser um forte instrumento para a reafirmação do seu papel enquanto prestador de serviço de comunicação pública.

Este documento, que deverá ser entregue e discutido com a presidência da Casa, pode ser uma referência para equilibrar a legítima busca da Secom por um espaço institucional que lhe permita fazer seu trabalho protegida das interferências parlamentares, com o também legítimo direito dos parlamentares de orientar os rumos de uma casa essencialmente política.

Além disso, espera-se que esse documento trate ainda da formalização da estrutura que hoje compõe a Secretaria e que, além dos assuntos macroestratégicos, trate também da necessidade da Coordenação e dos veículos, quanto à estrutura física e de pessoal.

O processo de crescimento e evolução da comunicação produzida em uma instituição de grande porte e deste nível de importância social, como é o caso da Câmara dos Deputados, é um caminho sem volta. Afinal, lembrando Zémor, a comunicação pública é uma demanda da sociedade (1995).

Ainda não podemos dizer aonde a evolução dos veículos de comunicação pública da Câmara dos Deputados irá nos levar, mas esperamos que contribuam para trazer o processo legislativo cada vez mais para perto do cidadão da forma mais isenta possível. Entre outros objetivos desejáveis, é importante que o cidadão consiga separar o Poder Legislativo do que acontece em um determinado momento político, com determinados atores políticos.

Novamente, lembrando o que diz a teoria do agendamento, quanto mais informações você tem, menos influenciável você fica.

X – Referências

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983, vol.1-2.

KINZO, Maria D`Alva Gil. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.

AVELAR, Lúcia , CINTRA, Antônio Octávio (Org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo – Fundação Unesp Ed., 2004.

RODRIGUES, Malena Rehbein. *Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a Política*. Brasília: Centro de Documentação e Informação – CEDI, 2002.

CARVALHO, Nelson Rojas. *E no início eram as bases – Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

ZÉMOR, Pierre. *La Communication Publique*. PUF, col. Que Sais-je? Paris, 1995. Tradução resumida do livro: Prof. Dra. Elizabeth Brandão. Disponível em http://www.ucb.br/comsocial/mba/ComunicacaoPublicaPierreZemor_traducao.pdf. Acesso em novembro de 2004.

SEABRA, Roberto, SOUZA, Vivaldo de (Org.). *Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas*. Rio de Janeiro: Record. 2006,

YIN, Robert K. *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. 3.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2004.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. 395p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. 80p.

Malavazi, Ademir (Org). *Manual de Redação da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria de Comunicação Social, 2003. 259p.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Resolução da Câmara dos Deputados nº 20, de 1971*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legislacao/pesquisa.html> .

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Ato da Mesa nº 96, de 19/06/1998*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legislacao/pesquisa.html>

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Ato da Mesa No. 05, de 27/02/2003*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legislacao/pesquisa.html> .

ROEDEL, Patrícia. *Manual de Webjornalismo na Agência Câmara*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento -CEFOP. 2005.

PIMENTEL, Fernanda. *Pesquisa sobre a Coordenação de Jornalismo da Câmara dos Deputados*. Trabalho apresentado no curso de MBA em Comunicação Estratégica do Instituto Científico de Ensino Superior e Pesquisa (Unicesp). Não publicado. 2006.

6º CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO. Brasília. Câmara dos Deputados. 2006.

Website da Câmara dos Deputados – www.camara.gov.br

Website do Senado Federal – www.senado.gov.br

Anexo A

Legislação

1- Resolução da Câmara dos Deputados nº 20, de 1971

Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara dos Deputados e determina outras providências.

TÍTULO I

Da Estrutura e das Atribuições dos Órgãos

CAPÍTULO II

Das Atribuições dos Órgãos e de suas Unidades Integrantes

SEÇÃO IV

Da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas

Art. 5º À Assessoria de Divulgação e Relações Públicas compete informar e esclarecer a opinião pública a respeito das atividades da Câmara dos Deputados, utilizando, para isso, os veículos de divulgação e as técnicas de Relações Públicas, e assessorar o Presidente em questões de cerimonial.

Parágrafo único. A Assessoria de Divulgação e Relações Públicas tem a seguinte estrutura:

1. Seção Administrativa;
2. Seção de Recursos Técnicos;
3. Serviço de Divulgação;
4. Serviço de Relações Públicas.

Art. 6º À Seção Administrativa compete datilografar o expediente do órgão; requisitar e controlar, através de mapas estatísticos mensais, o material da Assessoria; receber, informar e controlar a tramitação de processos encaminhados à Assessoria; e executar outras tarefas comuns aos serviços de administração.

Art. 7º À Seção de Recursos Técnicos compete responder pela guarda, manutenção e funcionamento de equipamentos e material técnico necessários à execução das atribuições da Assessoria e exercer outras atribuições inerentes ao seu campo de atividades.

Art. 8º Ao Serviço de Divulgação compete informar e esclarecer a opinião pública a respeito das atividades da Câmara dos Deputados, através da imprensa, rádio, televisão e cinema e do

sistema próprio de radiodifusão; realizar, em caráter permanente, campanhas educativas e divulgações, bem como adotar medidas adequadas para promoção e valorização do Poder Legislativo e consolidação do seu conceito perante a Nação, com objetivo inclusive de fortalecimento das instituições democráticas, e promover ampla divulgação sobre as atribuições da Câmara e do Congresso Nacional conferidas pela Constituição, discriminando aquelas de natureza legislativa, de fiscalização do Poder Executivo e de cunho político.

Parágrafo único. O Serviço de Divulgação tem a seguinte estrutura:

1. Seção de Imprensa;
2. Seção de Rádio;
3. Seção de Televisão e Cinema.

Art. 9º À Seção de Imprensa compete manter, através dos sistemas de telex e postal, comunicação com a imprensa dos Estados; preparar o noticiário a ser distribuído aos órgãos governamentais, jornais, revistas, agências de notícias, associações de classe e entidades culturais.

Art. 10. À Seção de Rádio compete elaborar e apresentar o noticiário oficial da Câmara dos Deputados através de "A Voz do Brasil", elaborar programas noticiosos a serem distribuídos às emissoras de rádio, e coordenar a cobertura dos acontecimentos parlamentares nas emissoras de rádio.

Art. 11. À Seção de Televisão e Cinema compete elaborar gravações em "vídeo-teipe" dos debates de Plenário e Comissões; entrevistas ou pronunciamentos a serem distribuídos às emissoras de televisão; elaborar filmes documentários sobre as atividades da Câmara dos Deputados para divulgação no País ou no Exterior; coordenar e executar a filmagem dos acontecimentos parlamentares de alto nível; manter arquivo atualizado dos trabalhos executados pela Seção; e exercer outras atribuições inerentes ao seu campo de atividades.

Art. 12. Ao Serviço de Relações Públicas compete planejar e executar programas de Relações Públicas; encarregar-se de receber e acompanhar as autoridades nacionais e estrangeiras em visita de caráter oficial ou quando a convite da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional; incumbir-se de recepções e contatos com o público; e assessorar o Presidente em questões de cerimonial, os demais Membros da Mesa e, quando solicitado, os órgãos da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. O Serviço de Relações Públicas tem a seguinte estrutura:

1. Seção de Recepção;
2. Seção de Cerimonial;
3. Seção de Programas e Contatos.

Art. 13. À Seção de Recepção compete receber e acompanhar visitantes; elaborar, de ordem superior, programas de solenidades, comemorações e recepções; esclarecer e orientar as agências de turismo e seus guias sobre as atividades da Câmara dos Deputados.

Art. 14. À Seção de Cerimonial compete estabelecer contratos com representações diplomáticas estrangeiras acreditadas no Brasil e as brasileiras acreditadas no Exterior; manter entrosamento, para efeito de cerimonial, com o Senado Federal e órgãos dos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais.

Art. 15. À Seção de Programas e Contatos compete elaborar programas de esclarecimento das atividades da Câmara dos Deputados, com distribuição de publicações especializadas sobre a estrutura e funcionamento da Câmara dos Deputados; manter fichários biográfico e fotográfico dos parlamentares; organizar e manter atualizado o fichário das autoridades civis e militares do País; e promover a divulgação das exposições e comemorações realizadas pela Câmara dos Deputados.

2- Ato da Mesa nº 96, de 19/06/1998

Altera a denominação da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas competências legais estabelecidas no art. 51, inciso IV, da Constituição Federal,
RESOLVE:

Art. 1º Enquanto não aprovada a nova estrutura administrativa da Câmara dos Deputados, prevista no art. 16 da [Resolução nº 28](#) (*reorganização do Plano de Carreira*), de 1998, fica alterada para Secretaria de Comunicação Social a denominação da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas, criada pela [Resolução nº 20](#) (*organização administrativa da Câmara dos Deputados*), de 1971.

Parágrafo único. Em consequência do disposto no caput deste artigo, a função comissionada de Chefe da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas, de Nível FC-08, passa a denominar-se Diretor da Secretaria de Comunicação Social, de Nível FC-08.

Art. 2º O Serviço de Divulgação e o Serviço de Relações Públicas, criados pela [Resolução nº 20](#), de 1971, passam a denominar-se, respectivamente, Coordenação de Divulgação e Coordenação de Relações Públicas.

Parágrafo único. Em consequência do disposto no caput deste artigo, as funções comissionadas de Chefe do Serviço de Divulgação e de Chefe do Serviço de Relações Públicas, de Nível FC-07, passam a denominar-se, respectivamente, Diretor da Coordenação de Divulgação e Diretor da Coordenação de Relações Públicas, de Nível FC-07.

Art. 3º Fica criada a função comissionada de Secretário da Coordenação de Relações Públicas, de Nível FC-04, passando a função comissionada de Secretário, de Nível FC-04, criada pelo [Ato da Mesa nº 86](#) (*estrutura administrativa da TV*), de 02 de abril de 1998, a integrar a estrutura da Coordenação de Divulgação.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 19 de junho de 1998.

MICHEL TEMER,
Presidente.

JUSTIFICAÇÃO

A denominação Assessoria de Divulgação e Relações Públicas e a sigla por ela gerada, ADIRP, são nomenclaturas adotadas em 1970 e que se encontram completamente superadas, tornando-se, inclusive, de difícil compreensão pelos públicos interno e externo e por todos aqueles que trabalham com a comunicação social no país.

Assim, a nova denominação adapta a área competente da Câmara dos Deputados à compreensão geral de suas funções, sobretudo no momento em que suas tarefas são ampliadas, com a criação da TV e da Rádio Câmara dos Deputados, dentre outras iniciativas. A nomenclatura adotada fica, de igual forma, uniformizada com aquela utilizada no Senado Federal e no Poder Executivo.

Por sua vez, a mudança da denominação dos Serviços de Divulgação e de Relações Públicas, busca harmonizar a nomenclatura adotada na Secretaria de Comunicação Social, uma vez que são igualmente defasadas, pois também oriundas da década de 70, com a adotada nos demais Departamentos da Casa.

Ainda, a aplicação deste Ato não gera qualquer despesa ao orçamento da Câmara dos Deputados pois somente altera as denominações dos órgãos envolvidos e, consequentemente, das funções comissionadas vinculadas.

Publicação:

- Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 20/06/1998 , Página 4 (Publicação)

3- Ato da Mesa nº 05, de 27/02/2003

Dispõe sobre a reestruturação da secretaria de Comunicação Social

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º O Serviço de Agência de Notícias da Coordenação de Divulgação da Secretaria de Comunicação Social, criado pelo Ato de Mesa nº 10, de 1999, fica transformado em Coordenação Agência de Notícias.

§ 1º Em consequência do disposto neste artigo, a função comissionada de Chefe do Serviço de Agência de Notícias, nível FC-06, fica transformada em Diretor da Coordenação Agência de Notícias, nível FC-07.

§ 2º A transformação de que trata o caput deste artigo não gera alteração da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, de que trata a Lei nº 9.527, de 01 de novembro de 1997.

Art. 2º Ficam criados, na Coordenação Agência de Notícias, o Serviço de Acompanhamento de Reportagens, o Serviço de Edição, a Seção de Elaboração de Pauta, a Seção de Apoio e as respectivas funções comissionadas de Chefe do Serviço de Acompanhamento de Reportagens, nível FC-06, Chefe do Serviço de Edição, nível FC-06, Chefe da Seção de Elaboração de Pauta, nível FC-05, e Chefe da Seção de Apoio, nível FC-05.

Art. 3º Fica criada, no Gabinete do Diretor da Secretaria de Comunicação Social, 1 (uma) função comissionada de Coordenador de Jornalismo, nível FC-07.

Art. 4º As atribuições das funções de que trata este Ato são as constantes do Anexo.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão à conta das dotações orçamentárias da Câmara dos Deputados.

Art. 6º Este Ato entre em vigor na data de sua publicação.

Em 27/02/2003.

JOÃO PAULO CUNHA,
Presidente.

ANEXO

FUNÇÕES COMISSIONADAS – ATRIBUIÇÕES

Diretor da Coordenação Agência de Notícias: coordenar e dirigir a produção de reportagens para todos os demais serviços jornalísticos do sistema Câmara dos Deputados; difundir e disponibilizar, por meio eletrônico, notícias consolidadas e em tempo real ao público e aos órgãos de imprensa interessados; elaborar relatórios, diagnósticos e avaliações específicos.

Chefe do Serviço de Acompanhamento de Reportagem: manter e atualizar os serviços jornalísticos junto ao sistema Câmara para distribuição em tempo real à rede mundial de computadores.

Chefe do Serviço de Edição: recolher e aglutinar as ocorrências diárias objetivando a produção e a distribuição nos sistemas disponíveis.

Chefe da Seção de Elaboração de Pauta: coordenar o atendimento às demandas da Casa relativas à divulgação institucional quando atendidas internamente ou por meio de agências credenciadas.

Chefe da Seção de Apoio: manter e atualizar constantemente os novos meios de comunicação representados pelo website da Câmara dos Deputados na rede mundial de computadores e por sua versão interna, incluindo a administração do fluxo de comunicação com o público por meio de e-mails.

Coordenador de Jornalismo: auxiliar o Diretor da SECOM no planejamento da pauta semanal do sistema de notícias da Câmara dos Deputados; coordenar a pauta diária junto às demais Coordenações da Secretaria e acompanhar sua execução.

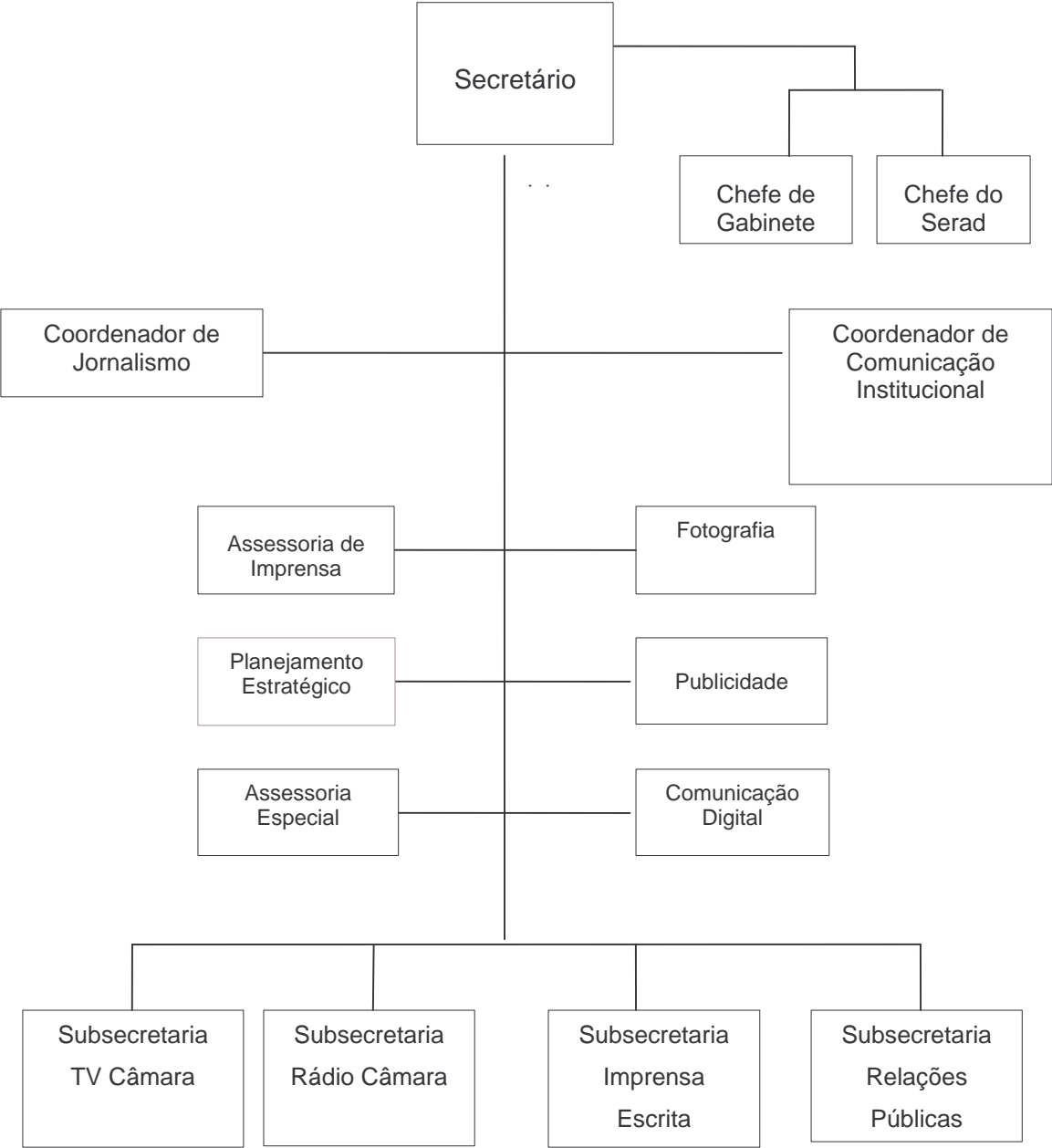
Publicação:

- Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 28/02/2003 , Página 7 (Publicação)

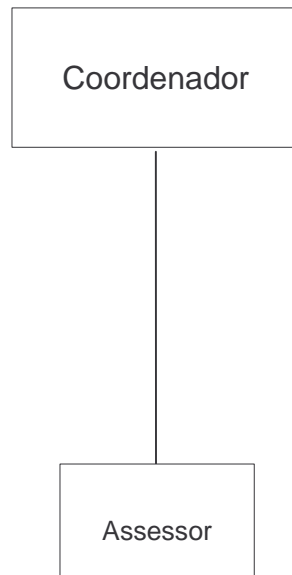
Anexo B

Organogramas

1- Organograma da Secom



2- Organograma da Coordenação de Jornalismo



Anexo C

Carta sobre a reestruturação da Secom

Meus caros colegas,

Desde que assumi a tarefa de dirigir a Secom, em novembro do ano passado, venho dedicando tempo para buscar um melhor desenho funcional para a nossa Secretaria. Havia várias reivindicações que considero justas, havia algumas distorções que considerava prejudiciais ao nosso trabalho diário e havia outras necessidades que ainda não estavam contempladas.

A discussão não é nova. Vem pelo menos do Primeiro Seminário Secom, em 2003. Horas foram gastas na discussão e centenas de estudos e cenários foram produzidos. Muitos são os pontos de vista. No que pude, recuperei esse material e avaliei o que era cabível e possível de ser implementado. Tudo isso dentro de um limite determinado pela Presidência e pela Diretoria-Geral da Casa e assumido por mim no dia da minha posse (18 de novembro) de que não poderíamos criar, neste momento, nenhuma nova função comissionada (FC). Na Secom, atualmente existem 90 FCs.

Desafio aceito, agora apresento os resultados. Vou enumerá-los para que possa discorrer melhor sobre eles. Os vários organogramas estão em anexo, para que possam ilustrar melhor as explicações que se seguem.

1) Sobre a estrutura macro da Secom

- A reestruturação da Secom vem sendo discutida há alguns anos e estava sendo implantada gradativamente. Havia a necessidade de continuar o mesmo processo, dentro da mesma coerência que havia sido iniciada. Com isso, faltavam alguns ajustes, como o de reunir toda a área de Imprensa Escrita sob um único comando e de reorganizar os setores que integram a Relações Públicas e a chamada área de Comunicação Institucional.

- A proposta de readequação da Secom deveria atender às nossas peculiaridades e, ao mesmo tempo, não ser destoante das demais unidades administrativas da Casa. Diante disso, a proposta preliminarmente discutida com a área administrativa da Câmara é a de tornar a Secom uma efetiva Secretaria dividida em Subsecretarias, e não com a curiosa configuração de hoje, em que é uma diretoria de uma secretaria (!?!), com coordenações que têm estrutura suficiente para serem consideradas, na verdade, departamentos (com suas respectivas coordenações).

- Como a proposta inicial não contempla a criação de novas FCs, a readequação que está sendo feita no momento é a seguinte: a Secom passa a ter quatro subsecretarias: **Subsecretaria TV Câmara, Subsecretaria Rádio Câmara, Subsecretaria Imprensa Escrita e Subsecretaria Relações Públicas**. Além delas, existem duas áreas de coordenação temática, que são **Coordenação de Jornalismo e Coordenação de Comunicação Institucional**.

- Ao reunir as ações de várias áreas sob um mesmo grupo, e dando à Secom quatro macro-áreas, apoiada por outras duas áreas de coordenação de atividades, a idéia é nos tornarmos mais enxutos e produtivos e, conseqüentemente, oferecer mais competitividade aos nossos serviços. A fusão de empresas que têm atividades em comum está aí, nas páginas dos jornais diariamente, demonstrando

a necessidade de medidas como essa. Noutro aspecto, vale lembrar alguns trechos do nosso “Manual de Redação”, entre eles de que trata da competência da Secom – que é a de “contribuir para dar transparência ao trabalho legislativo da Câmara, informando a população sobre o que se passa na Casa”. Somos instrumentos desse trabalho.

- Sobre a junção das coordenações do Jornal da Câmara e da Agência Câmara numa única área (Subsecretaria de Imprensa Escrita) cabe ainda algumas considerações. A primeira é quanto às novas titularidades. A subsecretária de Imprensa passa a ser Amneres Santiago, a Bilau, que respondia pela Coordenação Jornal da Câmara. Dentro do novo desenho, o segundo cargo na hierarquia é o de Diretor de Redação, que será ocupado pela Patrícia Roedel, que respondia pela Coordenação Agência Câmara. Num primeiro momento de adaptação de novas tarefas e funções, as duas trabalharão em conjunto, focadas na reorganização interna e na criação de um novo fluxo de trabalho.

- A área de Imprensa Escrita sofria de uma distorção curiosa: não tinha corpo próprio de reportagem. Ao contrário da Rádio e da TV, que têm cada uma sua estrutura de jornalismo e autonomia na cobertura das pautas (orientadas pela Coordenação de Jornalismo, claro), isso não acontecia com a área da escrita. Os repórteres e a chefia de reportagem ficavam “sob a guarda” da Coordenação de Jornalismo (o que era uma distorção, pois a ela não compete cuidar de apenas uma área), mas não eram subordinados nem à Agência nem ao Jornal. Agora, a Escrita passa a ter seu corpo próprio de reportagem, autônomo e gerenciado pela própria unidade, dentro dos mesmos preceitos dos demais. **Ressalto a determinação de que exista parceria na cobertura diária dos eventos da Câmara.** Sobre isso, **vale destacar que nada será modificado no esquema de cobertura da pauta, sob comando da Coordenação de Jornalismo**, no que se refere aos jornalistas da Rádio e da TV. Todos continuarão abastecendo o noticiário da agência em tempo real, que é agora passa a ser um produto da Subsecretaria de Imprensa Escrita.

- Outra questão é a redivisão de tarefas entre os editores que atendiam a Agência e o Jornal. Hoje, há apenas dois “produtos” (por assim dizer) nessa área: uma agência em tempo real e um jornal diário. Em breve, teremos outros dois: 1) uma agência de reportagens especiais, que produzirá entre outros um boletim regional e um jornal eletrônico diários, num novo modelo do hoje existente boletim da agência (que atende a mais de 17 mil usuários); 2) um jornal semanal, em formato de revista, que deverá ter um conteúdo distinto daquele da cobertura diária. Dessa forma, haverá uma nova produção e, portanto, um novo fluxo de trabalho. Pouco a pouco ele será implementado – ações como essa não se fazem “por decreto”.

- Milagre da multiplicação de peixes (ou de mão-de-obra)? Não, é claro. Passa por uma nova sistemática de trabalho, que modificará inclusive o dia-a-dia dos repórteres. Em breve (o quanto antes, assim espero) deveremos ter *laptops* (ou *notebooks*, como preferirem) para os repórteres, especialmente os da escrita, com o sistema *wireless* (sem fio), que já está em funcionamento na Casa. Dessa forma, os *flashes* hoje ditados por telefone deixarão de existir em quase sua totalidade. Em vez de uma espécie de telefonista misturado com datilógrafo, os editores passarão a fazer o seu papel verdadeiro: editar os textos que serão enviados pelos repórteres. Assim, ele terá melhores condições de adequar o conteúdo aos produtos (agência em tempo real, regional, jornal diário ou semanal). Por sua vez, os editores dos produtos – especialmente dos jornais – serão “baixadores” de matéria, junto com os diagramadores, em jornais que passarão a ter o desenho (“espelho”) feito previamente. Ou seja, o editor de texto saberá que aquele determinado assunto terá, por exemplo, 40 linhas de conteúdo para ser publicado no jornal. Para auxiliar todo esse processo, existirão outras ajudas da informática, além dos *laptops*. Está pronto para ser instalado (falta apenas burocracia ligada ao orçamento) o aguardado *ENPS*, que integra as redações da TV, da Rádio e da Escrita. Será uma ferramenta importantíssima. Outra é a mudança no software de edição dos jornais impressos, que passará a ser o *InDesign*, que possibilita o trabalho paralelo de várias áreas de edição simultaneamente.

- Sobre as coordenações de Jornalismo e de Comunicação Institucional, essas duas, embora chamadas tecnicamente de coordenações, não têm a estrutura de serviços e de seções que caracterizam administrativamente uma coordenação. O nome deriva da atividade. A estrutura de cada uma delas é bastante enxuta. A tarefa é a de coordenar os assuntos a que se propõem: jornalismo (pauta de coberturas diárias, sobretudo) e comunicação institucional (eventos e atividades que

extrapolam uma única área, por exemplo). É algo que essas duas áreas vêm fazendo há algum tempo – não há novidades aí.

- Eu havia dito que pretendia transformar a Publicidade (Sepre) e a Fotografia (Sefot) em coordenações, no sentido administrativo da palavra, com respectivos serviços e seções subordinados. Incluiria agora nesse desejo a área de Comunicação Digital (ex-Mídias Alternativas, que responde, entre outras áreas, pela gestão do Portal da Câmara, pelo sítio Plenarinho e pelos temas relacionados ao mundo da informática na Secom). Pois bem, constatei que essas áreas não têm estrutura de pessoal e organizacional para serem transformadas em coordenações - de acordo com as regras administrativas da Casa. Nem devem tê-las tão cedo, por várias razões. Diante disso, e sabendo que elas têm a peculiaridade de atender a todas as áreas (ou subsecretarias e coordenações, agora) da Secom, creio que o melhor é mantê-las como Serviços e ligá-las ao Gabinete da Secom, sendo "gerenciadas" também pelas duas coordenações (Jornalismo e Comunicação Institucional), no que couber a cada uma, dentro de suas necessidades. Os ajustes de direção do Sefot já haviam sido anunciados anteriormente.

- A área administrativa também ganha fôlego. A idéia é que, gradativamente, o Serad (Serviço de Administração) assuma a coordenação das tarefas administrativas (burocracia e despachos) de toda a Secom. Para isso, ela passa a contar com uma área específica para assessoria jurídica, outra para assessoria administrativa, e com um braço operacional, que é o Serviço de Recursos Técnicos. O Gabinete passa a ter uma Chefia, que controlará a área de secretaria e de acompanhamento de projetos e de processos.

2) Sobre a estrutura de cada Subsecretaria

- Para que pudesse ser implementada essa idéia de Subsecretaria, houve a necessidade de uma padronização organizacional entre elas. Ou seja, todas têm de ter um mesmo esqueleto. Dessa forma, cada uma das quatro passa a ter um subsecretário, que é apoiado por um diretor-executivo (no caso da TV e da Rádio) ou por um diretor de redação (no caso da Imprensa Escrita) ou por um diretor de Planejamento (no caso da Relações Públicas). Cada um desses diretores é o substituto natural do subsecretário e assume, dentro da hierarquia interna, tarefas específicas de gestão. Esse é o diferencial: **esses diretores têm função executiva e não apenas de auxílio direto aos subsecretários**. Cada uma das subsecretarias tem, por sua vez, pelo menos três serviços (ou equivalentes) e, em cada um deles, pelo menos duas seções.

- Como havia explicado anteriormente, a padronização organizacional das áreas da Secom não pode diferir das demais da Casa. Portanto, serviços são compostos por seções. Ora, não vou partilhar daquela estratégia que foi adotada na Secom e que ainda existe, que é a de criar nomes esdrúxulos e tarefas fictícias para nominar os serviços e as seções de cada área. Chefia de Reportagem é Chefia de Reportagem e não "chefe da Seção de Reportagem". No caso da estrutura interna da TV e da Rádio, em que há dois chefes de reportagem, serão Chefe de Reportagem A e B, como devem ser. Senão, um dos dois terá de ser chamado de quê? De "chefe da Seção de Apuração", por exemplo? Não cabe...

- Dentro do mesmo tema de padronização organizacional: serviços são compostos por seções, quaisquer que forem os nomes. Portanto, **quem assume um serviço (FC-6) tem de ter subordinado a ele várias seções (FC-5)**. Ou seja, não há mais condições de haver uma FC-6 que não tem subordinados ligados a ele. Não terá mais chefe do "EU-quipe", ou chefe dele mesmo, caso esteja numa função relativa a um serviço. As seções, ainda que soem estranho, poderão ser compostas por apenas um servidor efetivo e por demais terceirizados ou CNEs.

3) Sobre as FCs

- Eu diria que essa é a questão "zero-zero" dessa reformulação em curso. Ou seja, a gênese de tudo. Para mim, não cabe nem tem o menor procedimento um servidor que tem FC, seja ela FC-5 ou FC-6, trabalhar apenas o que considera "legal". No caso dos jornalistas, há a controvérsia sobre a jornada

de trabalho de seis horas diárias (embora exista jurisprudência que afirma que ao ingressarmos na Câmara passamos a ser servidores públicos, regidos pela Lei 8.112, e não mais profissionais liberais). Polêmicas à parte, o fato é o seguinte: **Quem optar por aceitar uma função FC-5 ou FC-6 terá de cumprir uma jornada mínima de oito horas diárias. Ou de 40 horas semanais, dependendo da leitura que se faça, nos casos em que há escala de revezamento.** Aqueles que não concordarem com essa determinação, terão de deixar essas funções.

- Funções comissionadas não são méritos pessoais ou têm vinculação com o CPF de ninguém. Ou seja, não pertencem à pessoa, mas à tarefa para a qual estão designadas naquele momento. Não devem soar como “complementação salarial”, como alguns a interpretam. Espero que o nosso Plano de Carreira possa ser aprovado em breve e esse sim, ajudar a recompor o nosso salário. Nele, além da Gratificação de Representação, está previsto uma gratificação por capacitação profissional (títulos de especialização, mestrado ou doutorado ou por funções de confiança exercidas) e outra gratificação por desempenho. Essa sim terá o cunho de incentivo àqueles que buscarem melhores formas do seu dia-a-dia no trabalho e será encarada como mérito.

- Desde que entrei na Câmara, há uma questão quase mítica envolvendo FCs. Nunca se diz o quanto ele vale e nem quem o detém. Além disso, há “lendas” de que a graduação entre eles é espantosa no que se refere ao salário. Ou seja, de uma FC para outra, ganha-se muito ou perde-se muito. Fui “vítima” disso ao assumir a chefia da Secom. Especularam que eu ganharia até R\$ 3.000 a mais por estar no cargo (FC-9). Até agora, o que constatei não é bem isso e, sem soar demagogo, aponto a diferença: não é mais que R\$ 700 no contracheque, uma vez que eu vinha de uma direção de coordenação (FC-7). Pois bem, decidi abrir a “Caixa Preta” das FCs e apontar, de maneira geral, o que modifica no salário de cada um subir ou descer um degrau.

- FC 5: pode representar entre R\$ 370 ou R\$ 3.700 no contracheque, dependendo do tempo de Casa. Quanto mais antigo, menor peso.

- FC 6: acrescente até R\$ x no valor pago ao FC-5 (o valor pode ser menor se o servidor estiver há mais tempo na Casa)

- FC 7: acrescente até R\$ x no valor pago ao FC-6 (idem)

- FC 9: acrescente até R\$ x no valor pago ao FC-7 (idem)

- Demonstro isso, também, para que as pessoas que decidirem optar por aceitar as “condições de trabalho” de uma FC saibam o quanto estão sendo remunerados a mais por isso – ou quanto estão ganhando ou perdendo, caso mudem na escala, para maior ou menor.

- Dentro do “pacote” de medidas associadas ao Plano de Carreira há ainda outras novidades, como a que acaba com a necessidade de uma pessoa com FC só poder ser substituída por outra também com FC em ausências prolongadas (mais de 30 dias). Ou seja, um dos argumentos usados – de que é necessário ter uma FC, ainda que baixa, para poder assumir outra mais alta nas ausências prolongadas – deixa de existir. A substituição se dará por indicação da chefia. Outro ponto importante do Plano de Carreira é que as FCs menores que 5 (de 2 a 4) deixarão de existir, pois serão suplantadas pela Gratificação de Representação. Nesse caso, a Secom está buscando reformular as FC-4 de que dispõe (são 21), transformando-as em FC-5 e FC-6, dentro de uma regra de conversão apresentada pela área administrativa.

4) Sobre Reportagem Especial

- Ao tomar posse na Secom, recebi do presidente Aldo Rebelo a missão de buscar fórmulas de, sem aumentar os gastos, criar um corpo de repórteres especiais. A idéia é de valorizar a reportagem e evitar que o jornalista tenha de se tornar um editor ou um chefe de alguma seção ou serviço para ter uma melhor remuneração. Bons repórteres têm de continuar sendo bons repórteres e não (eventualmente) maus editores só por salário...

- Com o novo desenho da Secom, foi possível iniciar esse núcleo de repórteres especiais. Teremos **em cada uma das subsecretarias (TV, Rádio e Escrita) um repórter especial FC-5 e um repórter especial FC-4** (este necessariamente ocupado por um jornalista do último concurso, pois o FC-4 tem valor para esse grupo, que está no início de carreira –ainda – padrão 32). No caso da Escrita, neste

momento haverá um segundo repórter FC-5 que será responsável pela cobertura das votações no Plenário e que, de certa forma, subsidia a reportagem de todos os veículos ao dizer o que acontecerá com cada uma das proposições que estão sendo analisadas pelos deputados em Plenário.

- A nomeação desses repórteres terá de obedecer a alguns critérios técnicos. A área de Escrita desenvolveu uma tabela de pontuação (anexa) para estabelecer esse parâmetro. As peculiaridades da Rádio e da TV podem merecer ajustes. De qualquer forma, os nomes têm de ser obtidos por consenso dentro das redações, obedecidos todos os parâmetros ora estabelecidos aqui, como o de cumprimento de jornada mínima de 8 horas diárias.

- Ao longo do tempo, a proposta é ampliar esse quadro de repórteres especiais utilizando-se da Gratificação por Desempenho, que será criada no Plano de Carreira. Outras FCs também poderão ser deslocadas para essa finalidade.

5) Sobre os próximos passos

- **As nomeações para os cargos que foram modificados, extintos ou criados valem a partir de 1º de Março.** Portanto, são retroativas ao início deste mês as alterações. Faço isso depois de lembrar que, também ao assumir a Secom, prometi não fazer alterações em FCs até o dia 31 de dezembro do ano passado – o que foi cumprido. Também havia alertado que a partir daquela data não havia mais o compromisso de manter FCs atreladas a ninguém, mas a tarefas e a cargos. Portanto, não há motivos para sobressaltos.

- Algumas medidas dependem de ações continuadas, ou seja, necessitam de ser aprovadas pela Diretoria-Geral, pela Presidência ou pela Mesa Diretora da Casa – como é o caso de oficializar a nova estrutura e a nomenclatura dos cargos da Secom. De qualquer forma, as mudanças começam a ser implantadas. Ainda há tempo para pequenos ajustes.

- Outra medida que é aguardada com ansiedade é a aprovação do Plano de Cargos e Salários (Plano de Carreira). Ele dará uma nova perspectiva para a Secom e para toda a Casa, pois traz embutido uma série de inovações, além do ganho salarial propriamente dito. Certamente novos ajustes devem ser feitos quando de sua implementação, mas isso será objeto de discussões noutro momento, quando ele efetivamente tiver sido aprovado pela Câmara, pelo Senado e sancionado pela Presidência da República (Oxalá seja breve!).

- Algumas ações dependem da aquisição de material ou de *softwares*. Todos os processos administrativos relativos a eles estão bem encaminhados ou já autorizados. A questão é de aguardar o natural (e nem sempre desejado) ritmo de tramitação. Mas gestões estão sendo feitas.

6) Considerações finais

Feitas todas essas explanações – desculpem-me se fui longo, mas considero necessários todos esses esclarecimentos –, espero que possamos, efetivamente, iniciar o ano legislativo de 2006 no que se refere à Secom. Gostaria de ter feito essas modificações há um mês, ainda no período de convocação extraordinária, mas as negociações não estavam maduras o suficiente.

Acredito que agora a Secom “sossegue” por um tempo no que se refere à sua reestruturação. Ouvi de uma colega que há pelo menos três anos ela ouve falar dessa reestruturação, que nunca acaba. Acho que um organismo que trabalha com um produto dinâmico (informação) não pode continuar parado no tempo. Adequações são necessárias, até mesmo por imposições tecnológicas (vem aí a TV Digital e a Rádio Digital – o que isso modificará o nosso dia-a-dia? Ainda é uma incógnita.) Mas, devem ser observados critérios.

Assim como o desenho a que chegamos teve sua discussão iniciada há vários anos, o próximo ajuste deverá ser feito obedecendo o Planejamento Estratégico que estamos traçando (no momento, em passos iniciais) para a Secom, que por sua vez obedecerá ao plano maior, de toda a Casa, que volta

a ser discutido. A idéia é que possamos ficar administrativamente resguardados de eventuais decisões políticas – lembrando que a Secom é um órgão de assessoramento direto do Presidente da Câmara.

A discussão está posta. Valham-se da nossa Comunidade Virtual para o debate. Deveremos abrir um fórum de discussão sobre essa questão em breve. Participe. A Secom é de todos.

Ótimo trabalho a todos.

Um cordial abraço

William França

Secretário de Comunicação Social

Anexo D

Produtos

Exemplos dos produtos criados pela Coordenação de Jornalismo

1- Agenda da Semana (só com a programação de quarta-feira – 13 de dezembro de 2006 – resumida / manhã)

AGENDA DA SEMANA DE 11 A 15 DE DEZEMBRO

DATAS IMPORTANTES:

12/12/1890 - A greve deixa de ser crime previsto no Código Penal.
12/12/1984 - A mesa do Senado opta pelo voto aberto no Colégio Eleitoral.
13/12 - Dia Nacional do Cego
15/12/1896 - Machado de Assis funda e preside a Academia Brasileira de Letras, no Rio.
16/12 - Pacto Internacional Sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
16/12 - Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos
16/12/1770 - Nasce em Bonn o compositor alemão Ludwig van Beethoven.
16/12/1998 - Estados Unidos e Inglaterra reiniciam o bombardeio do Iraque, sem autorização da ONU.
17/12/1989 - Segundo turno da primeira eleição para presidente em 29 anos: Collor 42,7% e Lula 37,9%.
17/12/1994 - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinam o acordo do Mercosul.
22/12/1981 - Rondônia passa a ser estado.

DESTAQUES:

AGENDA

Orcamento - na segunda, a Comissão dará continuidade à votação dos relatórios setoriais.

Eleições para a Mesa - na terça, o PMDB para escolher seu candidato à presidência da Câmara. O partido tem dois pré-candidatos: Eunício Oliveira e Geddel Vieira Lima.

Contas do Lula - na terça, o TSE dará continuidade à análise das contas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. O parecer técnico do Tribunal recomenda a rejeição das contas e mostra uma série de irregularidades como despesas não identificadas e doações de fontes proibidas como concessionárias e permissionárias de serviços públicos. O parecer do TSE foi questionado até mesmo pela Oposição, segundo a qual o Tribunal está usando critérios nunca antes empregados em relação ao recebimento de doações de concessionários.

Conferência das cidades - de terça a quinta a Comissão de Desenvolvimento Urbano realiza a 7ª Conferência das cidades. Com o tema "Cinco anos de vigência do Estatuto da Cidade - conteúdo, balanço e desafios", a conferência incluirá, pela primeira vez, a entrega da premiação aos vencedores da 2ª edição do Concurso "Selo Cidade Cidadã", concedido pela Comissão aos municípios que se destacam na gestão urbana.

Gripe aviária - as comissões de Meio Ambiente e de Agricultura realizam, na terça-feira, audiência pública para debater o monitoramento da rota sul de aves migratórias e a possibilidade de chegada do vírus da influenza aviária ao país.

Plenário –A pauta da semana está trancada por apenas uma proposição: o PL 7514/06, do Poder Executivo, que tramita com urgência constitucional. Pela proposta, as empresas poderão excluir até duas vezes e meia do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real, os gastos com projetos científicos e tecnológicos. O objetivo é estimular a inovação tecnológica. As quatro MPs que integram a pauta só obstruirão os trabalhos do Plenário a partir da próxima semana. Entre elas a MP 328/06, que direciona R\$ 1,95 bilhão neste ano para recuperar parte do ICMS não incidente nos produtos exportados (Lei Kandir) e a MP 329/06, que prevê a contratação temporária de 60 controladores de tráfego aéreo civis, como parte de um pacote de medidas para conter a crise nos aeroportos. Também na pauta desta semana a PEC 349/01, do deputado Luiz Antonio Fleury, que acaba com o voto secreto em todas as deliberações do Poder Legislativo; e a PEC 457/05, do Senado Federal, que aumenta de 70 para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória no serviço público. Estas Propostas de Emenda à Constituição ocupam, no entanto, os dois últimos itens da pauta de votações – respectivamente o 17º e o 18º - que apresenta diversos projetos de lei, entre eles o PL 7361/06, da Comissão Mista de Saneamento, que cria as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

QUARTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO

Xh (VA)

CPMI das Sanguessugas

O relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), apresentará relatório final sobre as investigações.

Fonte: Agência Câmara

9h às 12h (CS)

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Legislação Participativa
Seminário “Mídia nas Eleições 2006”
Requerimento nº 283/2006

9h - 9h45 - Sessão de Abertura

Convidados: presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo; ministro das Comunicações, Hélio Costa; presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello; secretário de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, André Singer; presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás), Eugênio Bucci; presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Amilcare Dallevo Junior; presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, deputado Vic Pires Franco; presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh; presidente da Comissão de Legislação Participativa, Deputado Geraldo Thadeu; autor do requerimento, e deputado Fernando Ferro.

9h45 - Intervalo

10h - 12h - Painel I: "Pautando o Processo Eleitoral"

Temas: "Perfil da mídia no Brasil", "Mídia ou média no processo eleitoral?" e "Compromisso com a verdade dos fatos"

Mediador: Deputado Orlando Fantazzini

Painelistas: presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade; diretor de redação da revista Carta Capital, Mino Carta; presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo; presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Nelson Pacheco Sirotsky; diretor de Redação da revista Veja, Eurípedes Alcântara; e presidente da Comissão de Legislação Participativa, Deputado Geraldo Thadeu.

Plenário 13

RÁDIO -

9h às 12h (EC)

Comissão de Desenvolvimento Urbano

VII Conferência das Cidades

1º Painel: Construindo a Cidade de Todos – Ordenamento e Inclusão Territorial: a política e o processo de mobilização do País e o resultado dos planos diretores e da gestão participativa / Conselho das Cidades

Coordenador da Mesa: deputado federal Walter Feldman

Expositores: diretor de Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, representante da Frente Nacional dos Prefeitos, representante do Conselho das Cidades, representante do Ministério das Cidades e representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

ESCRITA –

TV -

9h (MS)

Plenário

Ordem do Dia

Proposições remanescentes do dia anterior

9h30 (CS)

Comissão de Seguridade Social e Família

Reunião Ordinária

PL 670/03 de Rogério Silva - que altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 concedendo passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual". RELATORA: Deputada SELMA SCHONS. PARECER: pela aprovação.

PL 4.678/01 de Aldo Rebelo - que acrescenta inciso ao art. 18 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, tornando não patenteáveis os medicamentos para o tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. RELATOR: Deputado DR. ROSINHA. PARECER: pela aprovação.

PL 7.416/02 - de Valdemar Costa Neto - que institui percentual de participação de deficientes físicos no quadro funcional de empresas constituídas para operação, manutenção e exploração de rodovias por meio de pedágio. RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO. PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda adotada pela CTASP.

Plenário 07

10h (CS)

Comissão de Defesa do Consumidor com participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Audiência Pública: "Discussão da Segurança de Vôo e tráfego aéreo; Esclarecimentos sobre tráfego aéreo no Brasil; Sobre as causas e consequências da "Operação Padrão" dos controladores de vôo nas últimas semanas".

Convidados: ministro de Estado da Defesa, Waldir Pires, ten. brig. comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos da Silva Bueno; diretor-presidente da ANAC, Milton Zuanazzi; presidente da Infraero, José Carlos Pereira; Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Proteção ao Vôo, Jorge Carlos Botelho; diretor-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (SNEA), Marco Antonio Bologna; e secretário de Segurança de Vôo e relações internacionais do Sindicato Nacional do Aeronautas, Comte. Célio Eugênio de Abreu Júnior.

Requerimento nº 215/06 - CREDN - Dep. Fernando Gabeira

Requerimento nº 216/06 - CREDN - Dep. Maninha

Requerimento nº 222/06 - CREDN - Dep. André Costa

Requerimento nº 425/06 - CDC - Dep. Selma Schons e Dep. Ivan Valente

Requerimento nº 426/06 - CDC - Dep. Dimas Ramalho

Requerimento nº 427/06 - CDC - Dep. Luiz Antonio Fleury Filho

Requerimento nº 428/06 - CDC - Dep. Sandro Matos

Plenário 08

ESCRITA –

RÁDIO –

TV -

10h (CS)

Comissão Mista de Orçamento

Reunião Ordinária

a. Plenário 2

RÁDIO -

10h (CS)

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Reunião Ordinária

A pauta desta reunião será divulgada na terça-feira, dia 12/12/2006.

Plenário 01

10h (CS)

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Reunião Ordinária

PL 5.964/05 - da Sra. Kátia Abreu - que autoriza a utilização de tecnologia genética de restrição de uso no plantio de transgênicos. RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL 6.820/06 - do Sr. Xico Graziano - que define novos parâmetros de produtividade do imóvel rural para fins de reforma agrária. RELATOR: Deputado LEONARDO VILELA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL 5.690/05 - do Sr. Betinho Rosado - As regiões Norte e Nordeste deverão ser responsáveis pela fabricação de 20% da produção mínima de biodiesel exigida no País. O texto ainda estabelece que a produção desse combustível deve ocorrer a partir de matérias-primas geradas pela agricultura familiar. RELATOR: Deputado OSVALDO COELHO.

Plenário 06

10h (SB)

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Reunião Ordinária

PRC 286/06 de Silas Câmara e outros que institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a veracidade ou não das recentes denúncias de fraudes praticadas por empresas instaladas na Zona Franca de Manaus e em oito áreas de livre comércio da Região Norte. RELATORA: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN. PARECER: pela rejeição.

PL 6.176/05 de Carlos Souza, que cria o Programa de Financiamento de Geração de Energia - Energer, para consumidores residenciais e rurais localizados na Região Amazônica. RELATORA: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN. PARECER: pela aprovação.

Plenário 15

10h (SB)

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Reunião Ordinária

PL 7.514/06 - do Poder Executivo - (AV 1183/2006) - que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, concedendo novo incentivo fiscal para a empresa que investir em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação, quando executados por instituição com esse caráter. RELATOR: Deputado LÉO ALCÂNTARA. PARECER: pela aprovação, com emendas.

PL 3.787/04 - de Fernando de Fabinho que altera a Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9472/97) e determina que o índice de inflação a ser considerado para o reajuste será definido na regulamentação da mudança. Pelo substitutivo da relatora, em nenhum caso o aumento poderá ser superior ao índice pactuado nos contratos de concessão dos serviços. RELATOR: Deputado EDSON EZEQUIEL. PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Plenário 5

10h (SB)

Comissão de Finanças e Tributação
Reunião Ordinária

PL 2.812/03 do Senado Federal (PLS nº 9/99) - que estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, das emendas nºs 1

a 5 da Comissão de Desenvolvimento Urbano e da emenda nº 1 da Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

PL 4.000-A/04 - de Augusto Nardes - que altera o art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, autorizando o desconto de créditos relativos a despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos. RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.

PL 1.694-A/03 - de Walter Pinheiro - que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, fixando critérios para utilização dos recursos do FAT nos empréstimos feitos por instituições financeiras.

RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.

Plenário 4

10h (SB)

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Reunião Ordinária

PL 6.424/05 - do Senado Federal - Flexa Ribeiro - (PLS 110/2005) - que altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e institui o novo Código Florestal, para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas". (Apensado: PL 6840/2006)

RELATOR: Deputado JORGE KHOURY. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 6840/2006, apensado, com substitutivo.

PL 614/03 - de Mariângela Duarte - que define as diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais. RELATOR: Deputado HAMILTON CASARA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL 4.809/05 - de Edson Duarte que dispõe sobre o monitoramento dos efeitos dos organismos geneticamente modificados e de seus derivados no meio ambiente e na saúde humana e animal. RELATOR: Deputado CARLOS WILLIAN. PARECER: pela aprovação.

Plenário 2

10h (CS)

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Reunião Ordinária

PL 5055/2001" - do Sr. Gilberto Kassab - que "institui a tarifa social de telefonia para consumidores residenciais de baixa renda". (Apensados: PL 5058/2001, PL 4338/2004, PL 2342/2003 e PL 6677/2006)

RELATOR: Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 6677/2006, do PL 5058/2001 e do PL 2342/2003, apensados, nos termos do substitutivo adotado pela CCTCI, e pela rejeição do PL 4338/2004, apensado, e das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 oferecidas ao PL 6677/2006.

PL 6092/2002"- do Sr. Orlando Fantazzini - que "institui a Certidão Negativa de Utilização Ilegal do Trabalho da Criança e do Adolescente e dá outras providências".

RELATORA: Deputada ANN PONTES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL 6877/2006"- do Sr. José Múcio Monteiro - que "institui o Vale-Cultura".

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES. PARECER: pela aprovação.

Plenário 12

10h (SB)

Comissão de Viação e Transportes

Reunião Ordinária

PDC 1975/2005" - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 160/2005) - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em Montevideu, em 14 de setembro de 2004".

RELATOR: Deputado BETO ALBUQUERQUE. PARECER: pela aprovação.

PDC 2135/2006" - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 545/2005) - que "aprova o texto das Emendas, adotadas em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979".

RELATOR: Deputado BETO ALBUQUERQUE. PARECER: pela aprovação.

Plenário 11

10h (CS)

Comissão de Minas e Energia

Reunião Ordinária

PL 7.065/06 - da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - que define as normas de proteção nas atividades e operações nas quais trabalhadores possam estar expostos a fontes de radiação e a equipamentos geradores de radiações ionizantes. RELATOR: Deputado DELEY. PARECER: pela aprovação, com emenda.

PL 7.068/06 - da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - que regulamenta o acesso público a documentos e processos administrativos sobre radioproteção, salvaguarda e segurança nuclear. RELATOR: Deputado PAULO FEIJÓ.

PARECER: pela aprovação.

PL 6.062/05 - do Sr. Eduardo Gomes - Empresas do setor elétrico que realizem novos empreendimentos poderão ter desconto de 20% no Imposto de Renda, calculado sobre o lucro da exploração de serviços. RELATOR: Deputado NICIAS RIBEIRO. PARECER: pela aprovação, com emendas.

Plenário 14

11h (VA) (CONFIRMADO/PG)

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

A reunião seria realizada para que a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) apresentasse um pré-questionário sobre diversidade racial. No entanto, a entidade não participará mais da reunião e a comissão vai manter a reunião para debater o mapa da diversidade racial. De acordo com Mariana, da comissão de DHM, vão ser discutidas as metas ideais contra o racismo nos bancos, dando continuidade ao processo do mapeamento da diversidade no setor bancário.

Participantes: Entidade Educafro, representada Frei Davi; Ministério Público do Trabalho, Otávio Lopes, vice procurador; Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) e da Federação Nacional dos Advogados, Humberto Adami;

Contato: r 66573

Sala de reuniões da Comissão

2- Mapa de Flashes (resumido)

MAPA DE FLASHES QUARTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2006

MANHÃ

ESCRITA

9h às 12h (EC) (CONFIRMADA/VA)

Comissão de Desenvolvimento Urbano

VII Conferência das Cidades

1º Painel: Construindo a Cidade de Todos – Ordenamento e Inclusão Territorial: a política e o processo de mobilização do País e o resultado dos planos diretores e da gestão participativa / Conselho das Cidades

Coordenador da Mesa: deputado federal Walter Feldman

Expositores: diretor de Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, Benny Shasberg (confirmado); representante da Frente Nacional dos Prefeitos e prefeita de Fortaleza, Luizianne (confirmado); representante do Conselho das Cidades, Gerson Brito; representante do Ministério das Cidades, Otilé Pinheiro (confirmado); e representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana e professora da UFBA, Ana Fernandes (confirmado).

Auditório Nereu Ramos

Edvaldo

RÁDIO

9h às 12h (CS) (CONFIRMADO/EC)

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Legislação Participativa
Seminário “Mídia nas Eleições 2006”

9h - 9h45 - Sessão de Abertura

Convidados (confirmados): presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo; ministro das Comunicações, Hélio Costa; presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello; secretário de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, André Singer; presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás), Eugênio Bucci; presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Amilcare Dallevo Junior (NÃO CONFIRMOU); presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, deputado Vic Pires Franco; presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh; presidente da Comissão de Legislação Participativa, Deputado Geraldo Thadeu; autor do requerimento, e deputado Fernando Ferro.

9h45 - Intervalo

10h - 12h - Painel I: "Pautando o Processo Eleitoral"

Temas: "Perfil da mídia no Brasil", "Mídia ou média no processo eleitoral?" e "Compromisso com a verdade dos fatos"

Mediador: Deputado Orlando Fantazzini (não virá), substituirá Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh

Painelistas: presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade; diretor de redação da revista Carta Capital, Mino Carta; presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo; presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Nelson Pacheco Sirotsky (Não virá) enviará representante assessor de Comunicação da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Ricardo Pedreira; diretor de Redação da revista Veja, Eurípedes Alcântara; presidente da Comissão de Legislação Participativa, Deputado Geraldo Thadeu (confirmado) e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF), Romário Schettino.

Requerimento nº 283/2006

Plenário 13

Silvia

3- Destaques da Mídia (resumida)

DESTAQUES DA MÍDIA 1º EDIÇÃO DE QUARTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO****

Reajuste/parlamentares

As Mesas da Câmara e do Senado decidiram equiparar os subsídios dos parlamentares, hoje de R\$12.800, ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja remuneração mensal é de R\$24.600. Candidatos à reeleição, os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), devem assinar um ato conjunto concedendo o aumento. Isso deve ocorrer no encerramento da atual legislatura, semana que vem. O reajuste, no entanto, poderá ser menor, elevando os subsídios para R\$16.500, com a correção da inflação do período. Essa é outra proposta em estudo. Para formalizar o reajuste, reivindicado publicamente há meses pelo chamado baixo clero, Renan e Aldo vão fazer uma reunião conjunta com os líderes partidários nas duas Casas para dar sustentação política à decisão. Assim, pretendem dividir o ônus da medida junto à opinião pública. - Nós já tomamos a decisão de reajustar o salário dos deputados para R\$24 mil. A concessão do reajuste será feita no dia 22, o último desta legislatura e entrará em vigor quando assumir a próxima - informou o primeiro-secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira (PL-PE). (*O Globo, Aumento à vista no Congress*).

Chinaglia/concorda

A equiparação do salário dos parlamentares com o dos ministros do Supremo já foi defendida publicamente pelo líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), candidato a presidente da Câmara. Em entrevista ao jornal "Folha de S.Paulo", Chinaglia disse que a Mesa da Câmara precisa ter a coragem de tomar essa decisão. No entanto, a posição de Chinaglia é contestada pelo seu partido. O líder do PT, Henrique Fontana (RS), temendo pelas reações da opinião pública, está propondo um reajuste menor, pelo IPCA, que mede a inflação. Mas na base aliada, a preferência maior é pela equiparação com os salários do Supremo. - Os parlamentares precisam receber um salário compatível com suas responsabilidades. Nós tomamos decisões que envolvem bilhões - justifica o líder do PP, deputado Mário Negromonte (BA). (*O Globo, Líder do governo quer equiparação*)

MPE/ Juvenil

O Ministério Público Eleitoral recorreu ontem à corte do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de Minas Gerais contra a decisão do juiz Gutemberg da Mota e Silva, que devolveu ao deputado eleito do PT Juvenil Alves o direito de ser diplomado na próxima segunda. Hoje ou amanhã o recurso (agravo regimental com pedido de liminar e ou tutela antecipada) deverá ser julgado pela corte, que, no último domingo, rejeitou por unanimidade as contas de Juvenil, classificadas como "obra de ficção". O caso de Juvenil é inédito na Justiça Eleitoral brasileira. Não há outro em que, antes mesmo do julgamento da prestação de contas, a Justiça tenha recebido documentos que comprovariam o caixa dois -inclusive escutas telefônicas feitas pela PF autorizadas pelo Poder Judiciário. Em uma das escutas, ele disse ter gastado R\$ 5 milhões, sendo que declarou gastos de R\$ 415,2 mil. (*Folha de S.Paulo, Ministério Público tenta impedir a diplomação de Juvenil na 2ª*)